

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

A DIMENSÃO EDUCATIVA DO JORNALISMO

LUCILLE ANGELLA VESCHI LEANE

**PIRACICABA, SP
2008**

A DIMENSÃO EDUCATIVA DO JORNALISMO

LUCILLE ANGELLA VESCHI LEANE

Orientação: PROF^a. DR^a. ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**PIRACICABA, SP
2008**

BANCA EXAMINADORA:

Orientação: Prof^a. Dr^a. Anna Maria Lunardi Padilha
Prof^a. Dr^a. Katia Regina Moreno Caiado (PPGE/PUC-Campinas)
Prof^a. Dr^a. Maria Nazaré da Cruz (PPGE/Unimep)
Prof^a. Dr^a. Graziela Giusti Pachane (PPGE/PUC-Campinas – suplente)

AVALIAÇÃO:

AGRADECIMENTOS

À professora Katia Regina Caiado, pela generosidade e disposição em participar e contribuir nesta etapa importante de minha vida.

Aos grandes e apaixonantes professores com quem tive a honra de conviver, especialmente às queridas Maria Nazaré da Cruz e Cristina Feitosa de Lacerda, participantes diretas deste processo. Agradeço à Maria Cecília Rafael de Góes e Maria Cecília Cararetto Ferreira, admiráveis docentes do núcleo de Práticas Educativas da Unimep, pelo percurso proporcionado, rodeado de saber e amizade.

Aos bons e velhos amigos de longa data, com cujo apoio pude contar, com cujas críticas procurei crescer, e sem cujo carinho seria difícil viver.

Aos novos amigos sinceros que tive a dádiva de cativar, os quais, cada um a sua maneira, possui parcela importante na materialidade deste texto.

E especialmente a você, querida Anna Maria Lunardi Padilha, minha orientadora e amiga, meu outro dentre muitos outros, dentre as muitas vozes que se entrecruzam neste estudo, sem cujo estímulo, interesse, generosidade e carinho, este percurso teria assumido sentidos diversos. Ainda tomaremos muitos outros cafés.

(...) ora, sempre chegamos quase a posar diante do espelho, fazendo a expressão que nos parece essencial e desejada. São essas expressões diversas que lutam e entram em simbiose casual em nosso rosto refletido no espelho. Seja como for, neste caso não é uma alma única e singular que está expressa; no acontecimento da autocontemplação interfere um segundo participante, um outro fictício, um autor sem autoridade não fundamentado; eu não estou só quando me contemplo no espelho, estou possuído por uma alma alheia.

(Mikhail Bakhtin, Estética da Criação Verbal, p.31)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

À minha mãe, avós e irmã, por sempre acreditarem em minha capacidade, mesmo (e principalmente) quando eu própria esmorecia.

E às demais maravilhosas e importantes pessoas de minha vida, ora ausentes ou presentes, que, tal como sóis, luas e estrelas, aqueceram, iluminaram e guiaram esta minha caminhada.

RESUMO

Posta a indubitável contribuição do jornalismo para a construção e o entendimento da realidade sócio-cultural-histórica e da atualidade, a presente pesquisa buscou problematizar a relação entre informação e formação de consciência exposta pela penetração do jornalismo na sociedade e sua óbvia capacidade de afetá-la em termos massivos. Nesta visão, propôs como questão-chave a possibilidade da relação jornalismo-sociedade conter uma faceta educativa/educadora, ou seja, uma dimensão educativa intrínseca, que necessitava ser debatida e aclarada.

Assim, utilizando o arcabouço teórico alicerçado na ontologia materialista histórico-dialética marxiana e nos estudos bakhtinianos de linguagem, esta pesquisa procurou resgatar, evidenciar e discutir os conceitos mais fortemente presentes na área jornalística, buscando compreender sua episteme e seu modelo de práxis, propondo novas visões por meio do debate de seus conceitos em contraposição ao referencial bakhtiniano. É enfocada, ainda, a relevância e consistência do jornalismo em termos de sua validade enquanto produção de conhecimento, visão por meio da qual sua possibilidade educativa, aqui defendida, torna-se mais consistente. A pesquisa seguiu discutindo sob qual prisma de educação a atividade jornalística poderia ser aproximada, procurando tornar visível sua capacidade em mediar a relação transmissiva do conhecimento e demais aspectos pertinentes.

Destas articulações resultaram questionamentos sobre a auto-visão dos jornalistas enquanto formadores/informadores, estabelecendo uma nova perspectiva sobre a profissão. Aponta que não-intencionalidade em educar, ou sua não-visualização, acaba por colaborar na distorção que pode resultar da participação da atividade jornalística como mediadora da construção/reconstrução das relações sociais.

A pesquisa defende, por fim, a necessidade de se analisar a qualidade dessa educação e sua passagem de não-vista ou acidental para intencional. Indica que, mais que comunicadores, *os jornalistas têm que se descobrir educadores*, o que demandaria uma *renovação da responsabilidade social* deste profissional e passaria pela formação universitária dos novos jornalistas: nas relações concretas do meio universitário, por meio de sua construção/reconstrução, panoramas mais amplos poderão ser modificados.

Palavras-chave: Jornalismo, Educação, Jornalista Educador.

ABSTRACT

It is known the undoubted contribution of the journalism for the construction and the understanding of the social-cultural-historical reality and of the present time, this research searched to question the relation between information and formation of exposed awareness of the introduction of the journalism in the society and its obvious capacity of affecting it in massive features. In this vision, it sustains that the relation of the public journalism carries a pedagogical/educative prospect that is necessary to be clear and discussed.

Thus, based in the theoretical outline found in the materialistic historical-dialectics marxist ontology and in the language studies of Bakhtin, this research sought to redeem, highlight and discuss the concepts more strongly presents in the journalistic field, trying to understand their episteme and its model of practice, proposing new visions through the discussion of its concepts as opposed to the benchmark bakhtiniano. It is still focused, the relevance and consistence of the journalistic praxis concerning to its validity as knowledge production, view through the one which the educational possibility of the journalism, defended by this study, becomes more solid. The search followed discussing prism of education under which the journalistic activity could be understood, trying to make visible their ability to mediate the relationship transmissive of knowledge and other relevant issues.

From these discussions were resulted questions on the journalists' self-vision while educators/informers, establishing a new thinking on the profession. Notes that non-intentional educating, or their non-visualization, ultimately collaborate in distortion that can result from the participation of journalistic activity as a mediator of construction/reconstruction of social relations.

The research argues, finally, the need to examine the quality of this education and their transition, from non-sight or accidental, to intentional. Indicates, more than communicators, the journalists have to discover themselves as educators, what would demand a renewal of this professional's social responsibility, also passes through the new journalists' academic formation: in the concrete relations of the academic environment, that through its building/re-building, gradually will be able to modify wider panoramas.

Keywords: Journalism, Education, Educator Journalist.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
DEDICATÓRIA	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO _____	
DE ONDE VIM, PARA ONDE VOU.....	9
CAPÍTULO 1 _____	
1. O CAIS DO PORTO: DA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	14
1.1. Navegando pelo ideário do jornalismo: suas bases conceituais	23
1.2. Diário de bordo: diálogos possíveis.....	31
CAPÍTULO 2 _____	
2. VISITANDO O CONHECIMENTO	48
2.1. E o quê conhecer?	55
2.2. (Re)conhecendo o conhecimento do jornalismo.....	58
CAPÍTULO 3 _____	
3. CAMINHANDO NOS SENTIDOS DO EDUCAR	71
3.1. A dimensão educativa do jornalismo	76
PONTOS PARA REFLEXÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO: DE ONDE VIM, PARA ONDE VOU

Uma página em branco. A cada vez que tento iniciar a longa jornada de interlocução com minha dissertação, vejo-me sempre diante de uma página em branco. Tantas são as vozes permeando os discursos, tantos os estudos, tamanhas as experiências, tantas as transformações... que o cronograma apertado do Mestrado não consegue abarcar. Pudera: tratam-se das construções de uma vida em processo. Nesse momento, ouço mentalmente a voz de minha querida orientadora, parafraseando o professor Mário Sérgio Cortella: “*veja menina, hoje sou a mais nova edição de mim mesma!*”.

Travo um embate acirrado com minha personalidade espontânea, tão pouco adequada às exigências acadêmicas de rigidez textual, como uma espécie de *estigma de cientificidade* a espantar qualquer possibilidade de manifestação da essência desta pesquisadora... até me lembrar que cada escolha de estudos teóricos, cada presença ou ausência de autores, cada articulação metodológica, vêm de uma concepção epistemológica e ontológica que, antes de mais nada, precisou ser coerente com minha visão de mundo e de vida. Foi preciso acreditar no acerto do método, foi necessário dialogar com as outras vozes, as diversas vozes que compõem este estudo... até que a fidelidade aos sentimentos prevalece. Enfim, as páginas ganham suas primeiras palavras.

Palavras sensoriais, eu diria, se me for permitido o termo, aludindo às sensações que ainda me despertam a memória daquela noite de fevereiro do ano 2000, quando entrei pela primeira vez numa sala de aula da graduação em Jornalismo do *outro lado*. Não que a porta de entrada fosse diferente, minha posição na sala é que o era: diante das cadeiras, de costas para o quadro-negro (que, por sinal, era verde). Como diria Bakhtin¹, de outro lugar do discurso. Na condição de docente.

Muitos arrepios na espinha (e re-configurações espaciais da sala de aula) depois, foram os seis anos de docência no ensino superior em Comunicação (Jornalismo e Publicidade/Propaganda) que me trouxeram aos questionamentos

¹ *Mikhail Mikhailovich Bakhtin* (1895-1975) foi lingüista, crítico e historiador da literatura nascido na Rússia. Estabeleceu estudos sobre o signo lingüístico, o diálogo e a polifonia, tema e significação na língua, entre outros conceitos, aplicando o materialismo histórico-dialético de Karl Marx ao campo lingüístico na interpretação da linguagem, da comunicação e da ideologia em funcionamento nas relações sociais, em base material e social, e não mecânica ou positivista. Seus estudos são frequentemente referenciados nas pesquisas em Ciências Humanas, dada a pertinência de sua obra, e a originalidade e atualidade de seus escritos.

que nortearam minha pesquisa. **A premissa da qual parti considera a possível existência de um vínculo indissociável, dentro de aspectos bem definidos, entre jornalismo e educação², ou seja, *A Dimensão Educativa do Jornalismo*.** Tal consideração, em consonância com o pensamento que vê a pesquisa como vida, condizente com nossa vivência, com o que nos toca, somou minha materialidade enquanto docente à minha experiência profissional como jornalista.

Essas vivências permitiram-me realizar uma análise que considerei preocupante em relação à formação dos graduandos em jornalismo, com reflexos que visualizo diretamente ligados a aspectos sociais em esferas mais amplas (estruturas macrossociais). Tal relação se articula:

- à importância dos meios de comunicação de massa, nos quais tais graduandos se inserem em termos profissionais (como produtores de conteúdo), para a compreensão da realidade sócio-cultural histórica e da atualidade;
- à relação direta entre informação e formação de consciência, avultada pela penetração do jornalismo na sociedade e sua capacidade de afetá-la enquanto coletividade;
- às conseqüentes demandas que decorrem da responsabilidade social destes profissionais, enquanto informadores/formadores, sob a ótica desta formação como possibilidade educativa;

Tais considerações, orientadas pelo método marxiano³ do materialismo histórico-dialético, que procura visualizar o sujeito inserido e constituído sócio-culturalmente em suas relações concretas de existência, possibilitam o entendimento da formação da consciência por meio da produção/reprodução, pelos sujeitos históricos, da realidade social, enquanto são, ao mesmo tempo, produzidos e reproduzidos por ela.

² C.f. capítulo 3 do presente trabalho.

³ Referência a *Karl Heinrich Marx* (1818-1883), filósofo, economista e militante revolucionário alemão. Fundador do comunismo científico, é também considerado um dos fundadores da sociologia. Foi grande educador e guia do proletariado mundial, inspirou e organizou a I Internacional (*Associação Internacional dos Trabalhadores*). Sua obra, extensa, consistente e bastante significativa, é referenciada em praticamente todos os estudos, em maior ou menor grau, que se propõem a analisar a sociedade humana. Visualizava o homem, por meio do materialismo histórico-dialético, enquanto produto e produtor de suas relações concretas de vida, e a centralidade do trabalho nesse processo.

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes (...). A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real.

(...) Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. (...) Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.* (MARX e ENGELS, 1845/1846 – itálicos meus)⁴

Deste modo, sendo possível estabelecer uma relação entre formação de consciência e realidade social, ou formação de consciência permeada pelos aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, de vida concreta dos sujeitos, é ainda mais visível a relação intrínseca entre jornalismo e formação de consciência, admitindo, como já posto, a capacidade dos meios de comunicação de massa em afetar os homens, ou seja, os produtores/reprodutores das relações que forjam a realidade social.

Dentro desta visão, e admitindo que, sob vertentes específicas, é possível reconhecer a educação como uma forma de constituição da consciência, lancei-me às dúvidas que motivaram minha pesquisa em si, meu questionamento: **o jornalismo, enquanto gênero do discurso que possui características constitutivas determinadas, pode ser considerado, efetivamente, portador de**

⁴ A citada obra foi consultada em formato eletrônico - online, não possuindo, portanto, indicação para número de página.

uma dimensão educativa? No que tal constatação modificaria o jornalismo, e quais as implicações éticas e de responsabilidade social decorrentes?

Com o objetivo de investigar essas questões, propus-me à pesquisa bibliográfica, inicialmente estabelecendo contrapontos entre algumas das bases epistemológicas do Jornalismo e uma visão, sustentada pela perspectiva histórico-cultural marxiana, de educação e de conhecimento – relacionais, processuais e resultantes, assim como produtores, da concretude social. Seguindo a mesma linha, procurei também tensionar conceitos fortemente representados na área jornalística com a perspectiva bakhtiniana de linguagem, de cujo embate busquei colher idéias pertinentes para um possível *repensar* do Jornalismo: um convite a novos olhares, a um desvelar de novos caminhos.

Assim, no primeiro capítulo desta longa jornada, além de apresentar aspectos concernentes à epistemologia da área da Comunicação, propus evidenciar alguns dos pressupostos teóricos específicos da área jornalística estudados, com especial atenção àqueles sabidamente mais demarcados e reiterados. Tal procedimento também forneceu, de forma secundária, pistas sobre os elementos que fazem parte da constituição do egresso quando da graduação, colaborando na reflexão sobre a visibilidade – ou não – da relação jornalismo-educação, aqui defendida. Além disso, busquei problematizar questões recorrentes na literatura jornalística por meio de uma proposta de releitura sob o aporte bakhtiniano, estabelecendo conexões, contrapontos e embates na visão de conceitos-chave do jornalismo.

O segundo capítulo foi dedicado à discussão sobre a estabilidade do tipo de conhecimento produzido pela área jornalística, procurando destacar os âmbitos conceituais que julguei importantes para a compreensão deste panorama – se o jornalismo tem possibilidade de educar, é por meio da produção de um tipo de conhecimento válido? Ou, melhor dizendo: o produto da práxis jornalística tem características suficientemente estáveis enquanto conhecimento, para que seja possível pensá-lo como possibilidade educativa? Constaram do percurso diálogos com a esfera do conhecimento de cunho científico propriamente dito, as especificidades do fazer jornalístico como possibilidade produtiva de conhecimento, tendo como pano de fundo contrapontos de objetividade científica e jornalística.

Apenas após a compreensão do conhecimento específico produzido no jornalismo, foi possível adentrar, já no terceiro capítulo, na discussão efetiva da

dimensão educativa atrelada à atividade jornalística, e do tipo de educação sob a qual esta visão poderia funcionar. Para tanto, estabeleci contrapontos, apoiada no referencial marxiano, sobre a relação intrínseca entre trabalho e educação, e as mediações que permeiam tanto a escola quanto o jornalismo, estabelecendo diferenciações e aproximações entre tais esferas, e procurando tornar visível sua capacidade em mediar a relação transmissiva do conhecimento, cada qual à sua maneira.

Na busca de possibilidades de compreensão por meio do tensionar de conceitos, na tessitura de enunciados e sentidos, as relações jornalísticas ganham novas tramas e contornos delineados pelas vozes de outrem – pesquisadora, autores –, num enriquecimento possível apenas por meio da interação, da relação. Portanto, esta pesquisa perseguiu o norte traçado nas refletidas palavras do professor José Maria Paiva⁵, em sala de aula na Unimep, *“trabalhar o conhecimento é respeitar que eu nunca vou conseguir captar exatamente o que o objeto é”*, mas apenas um possível modo de olhar, uma (re)interpretação do mundo, atribuindo-lhe novos sentidos. Há um campo amplo de reflexões e de interrogativas... e a viagem está apenas começando. Estamos todos convidados!

⁵ Filósofo e pedagogo, pós-doutor em Educação, docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba – SP... e pessoa maravilhosa.

1. O CAIS DO PORTO: DA EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A história da comunicação⁶ confunde-se com a história do humano. A constituição e evolução da sociabilidade humana estabeleceram-se por meios comunicativos, sendo a comunicação, ao mesmo tempo, fator possibilitador e sustentáculo dessa mesma sociabilidade. Qualquer tentativa, pois, de compreensão ou discussão que se proponha dialética e histórica acerca da constituição da estrutura social humana inclui necessariamente, em algum nível ou momento, o campo da comunicação.

A concepção marxiana de História, encontrada, por exemplo, n' *A Ideologia Alemã* (1845/1846), não pode ser descolada da materialidade da vida humana, está intrinsecamente baseada em seu processo real de produção/reprodução imediato. Ou seja, são as relações humanas ligadas a este modo de produção e por ele reproduzidas, a base da história material da sociedade humana. *“Isto equivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, moral, filosofia, etc., e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções(...)”* (Idem, 1845/1846)⁷.

Nesta visão, não há disjunção entre uma natureza que é histórica e uma história que é natural. A ontologia marxiana visualiza um homem concreto, cuja constituição da consciência se dá *em relação* com outros homens.

Mas não se trata de uma consciência que seja de antemão consciência “pura”. Desde sempre pesa sobre o “espírito” a maldição de estar “imbuído” de uma matéria que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência: é a consciência real, prática, que existe também para outros homens e que portanto existe igualmente só para mim e, tal como a consciência, só surge com a necessidade, as exigências dos contatos com outros homens.

Onde existe uma relação, ela existe para mim. O animal “não se encontra em relação” com coisa alguma, não

⁶ Etimologicamente, palavra comunicação deriva do latim *communis*, do qual também é derivado o termo *comum*. *Communis* quer dizer *pertencente a todos* ou *a muitos*. Dessa mesma raiz latina vem o termo *comunicare*, origem de *comungar/comunicar*. Num novo desdobramento dessa mesma raiz chega-se a *comunicatio-onis*, que indica a idéia de *tornar comum*. O termo comunicação é a composição de *communis* com o sufixo latino *ica* (que significa *estar em relação*), e o sufixo *ção*, que indica *ação de*. (Cunha, 1999); (Almeida, 1980).

⁷ Obra em formato eletrônico - online.

conhece de fato qualquer relação; para o animal, as relações com os outros não existem enquanto relações.

A consciência é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. (Idem, 1845/46 – aspas originais)

Assim, o homem concreto coincide com a materialidade de suas relações sociais de existência, e são estas relações que o diferenciam dos demais animais. Nesta perspectiva histórico-cultural, é o *processo* de construção da cultura – da qual a linguagem e, conseqüentemente, a comunicação, é componente essencial – que possibilita que o gênero humano vá humanizando o seu mundo enquanto humaniza a si próprio e à sua coletividade. Em *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, de 1876, Engels discute a centralidade desse processo:

Em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos. Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. (...) Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades.(...) quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire o caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. (...) Mas nem um só ato planejado de nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade, só o homem pôde fazê-lo. Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 1876)⁸

É, pois, fundamental o conceito de *trabalho* na ótica marxiana, já que é por meio dele que o homem domina a natureza, transformando-a, criando/recriando suas condições concretas de existência social. N'A *Ideologia Alemã* (1845/1846), Marx e Engels afirmam que:

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é

⁸ Obra em formato eletrônico - online.

possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou. Estas bases são portanto verificáveis por vias puramente empíricas.

(...) O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. (...) Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história.

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida (...). Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

(...) A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. (Idem, 1845/1846)

Fiel à matriz materialista, Luria (1991) mais tarde postularia o que chamou de “*atividade consciente do homem*” como uma forma histórico-social de atividade, relacionada com o trabalho, com o emprego dos instrumentos de trabalho e ao surgimento da linguagem. Para ele, a atividade consciente do homem, diferentemente dos animais, cujo comportamento depende apenas de programação hereditária ou de experiências individuais imediatas, possuiria uma fonte a mais: conhecimentos e habilidades humanos se formariam por meio da assimilação/aprendizagem da experiência acumulada pela humanidade ao longo do processo sócio-histórico, sendo a linguagem o veículo fundamental de transmissão desta experiência. Ou seja: a comunicação é componente essencial da *hominização* do homem.

Tais concepções são extremamente pertinentes no entendimento da comunicação enquanto produto social que constitui e é constituído pelo homem. Assim, no indivíduo, a compreensão de fatos, vivências, experiências, como amálgama da realidade⁹ advinda da vida diária, perpassa fenômenos comunicativos, sendo que a linguagem, desde seu surgimento e sistematização,

⁹ Como dito, entendida como amálgama, não apenas das experiências imediatas do mundo natural, como também do arcabouço advindo das relações constitutivas históricas, culturais, sociais, e das relações produzidas pelas estruturas de poder, processos epistemológicos e ontológicos da arquitetura do mundo humano.

constituiu-se no principal modo de transmissão – formal ou não – do conhecimento produzido e apropriado pelo humano. Desta maneira, é possível entrever a centralidade da comunicação e do trabalho como mecanismos de sociabilidade, permeando as relações sociais fundantes na constituição tanto dos sujeitos quanto do próprio conhecimento.

A importância atribuída à comunicação gerou toda uma vertente de estudos sobre os quais está assentada sua dimensão enquanto ciência. Ao focá-la nos termos de sua cientificidade – de especial interesse neste estudo –, torna-se necessário, para que essa caracterização aconteça, adentrar no espinhoso – porque complexo – terreno da Teoria (ou Teorias)¹⁰ da Comunicação Social, que se constitui, por sua vez, em base para a compreensão da episteme do jornalismo e de sua função na sociedade.

Apesar da terminologia¹¹, as Teorias da Comunicação (TCs) são tidas por todos os seus estudiosos como o conjunto dos fundamentos desta área do conhecimento. No entanto, este é o único consenso aplicável às TCs, já que a comunidade acadêmica ainda não conseguiu convencionar sobre quais bases conceituais, dentre as muitas já construídas, deve se alicerçar o arcabouço epistemológico da comunicação. Tal situação é observável em sua materialização nas vastas possibilidades de conteúdos programáticos para o ensino das TCs – que é disciplina obrigatória – encontráveis nos cursos brasileiros de graduação em comunicação social.

Conseqüentemente, não há uma maneira única de categorizar as teorias existentes, nem mesmo se para isto fossem adotados como base de análise apenas os livros mais comumente utilizados nas universidades: é possível encontrar classificações de ordem cronológica, em termos de conceitos, de modelos, de escolas, entre outras. Há publicações que enfatizam determinadas escolas teóricas em detrimento, ou ignorância, de outras, e vice-versa. Matellart (1995, p.4) afirma que *“se a noção de comunicação é difícil de ser definida, a de teoria da comunicação mais ainda, pois é ela, também, produtora de diversas possibilidades de análise”*. E nem há, na perspectiva desta pesquisa, pretensão ou intenção de efetuar um resgate exaustivo, já que dentre as possibilidades de estudo da comunicação social – o que inclui seus sistemas, meios, interpretação e

¹⁰ Dada a diversidade de constructos teórico-epistemológicos e complexidade em abordá-los, muitos autores convencionaram utilizar o termo Teoria da Comunicação em seu plural.

¹¹ Teoria, do latim *theoria* = ação de olhar, especulação; em oposição a *fundamentu* = sustentáculo, alicerce.

utilidade social – é objeto deste trabalho o âmbito específico do Jornalismo (que, conjuntamente aos cursos de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, e Radialismo e TV, compõe o grupo mais tradicional das habilitações/graduações em comunicação social¹²).

Em contrapartida, a compreensão do jornalismo enquanto área do conhecimento depende intrínseca e historicamente da comunicação, já que esta, em si, em seus processos, seus usos e fluxos, constitui-se no fundamento da primeira. Assim, de forma obviamente reducionista – e apenas no intuito de ressaltá-las, sem qualquer apologia a divisionismos ou esquematismos – é possível citar algumas teorias que certos autores (França, 2001; Brittes, 2002; Wolf, 1995; Vilalba, 2007; Polistchuk & Trinta, 2003), ainda que com discrepâncias¹³, consideram recorrentes nas produções científicas sobre as TC's: as teorias *Funcionalista*, *Estruturalista*, *Modelo Crítico-Dialético*, *Teoria Frankfurtiana* (ou Teoria Crítica Frankfurtiana) e a *Teoria do Meio* (ou Meio e Mensagem), além de novas teorias advindas dos impactos, implicações e demandas epistemológicas resultantes da evolução dos processos comunicacionais frente às novas tecnologias e a comunicação mediada por computador¹⁴.

Sucintamente, a Teoria Funcionalista – também chamada de “*Escola Americana*” (França, 2001) – em seus vários desdobramentos, privilegiou de modo geral os estudos de efeitos e funções dos meios de comunicação de massa, com aporte da psicologia social de orientação behaviorista e métodos matemático-quantitativos de pesquisa, centrados na instrumentalização de elementos internos do processo comunicativo. Alguns nomes do funcionalismo para a comunicação: Harold Lasswell, Charles Wright Mills, Paul Lazarsfeld, Carl Hovland, Robert K. Merton, Melvin DeFleur.

¹² Atualmente, a tendência de gerenciamento das instituições de ensino superior como empresas mercantilistas concebidas para maximizar o lucro e minimizar os custos, e da educação como mercadoria, tem pulverizado a graduação em comunicação social em inúmeros subcursos, notadamente os chamados “cursos tecnológicos” ou “de graduação rápida”.

¹³ Discrepâncias, no entanto, menores que em outros grupos de estudiosos, cujas teorias são ainda mais múltiplas e utilizam outras nomenclaturas.

¹⁴ É necessário aventar que, apesar da evidente importância da comunicação ao longo da história, os séculos XX e XXI – e, principalmente, os últimos 20-30 anos – têm-se constituído como um divisor de águas, dada a crescente sofisticação do papel da comunicação nas relações sócio-culturais e profissionais, além das aceleradas modificações nos meios de comunicação, advindas especialmente do incremento tecnológico e da relação de causa/conseqüência com o fenômeno da globalização. Para um exaustivo estudo desse panorama, *c.f.* CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Já a abordagem Estruturalista, de muitas variações, abarcou estudos da lingüística, da cultura, antropologia, psicologia, filosofia da matemática, entre outras áreas. Os pensadores do estruturalismo – como Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Roman Jakobson, Claude Lévi-Strauss, entre outros – analisaram as inter-relações e funções dos elementos em grande escala, procurando construir sistemas anatômicos. Da reação à não-historicidade e ao determinismo das estruturas sobre a individualidade pregado pelo estruturalismo surgiu a Semiótica – ou estudo dos fenômenos como sistemas de significação, calcados nos signos – cujos expoentes foram Roland Barthes, Charles Sanders Peirce, Umberto Eco, Edgar Morin e Jean Baudrillard. Saussure e Jakobson, apesar das idéias marcadamente estruturalistas, também são considerados representantes da semiótica, dados seus estudos sobre os signos, ainda que alicerçados na sistematização. Há, ainda, as contribuições dos autores considerados pós-estruturalistas, como Louis Althusser, Michel Foucault e Michel Pêcheux (Escola Francesa).

O chamado Modelo Crítico-Dialético não é consenso entre os estudiosos das TCs anteriormente citados: deles, apenas Vilalba (2007), França (2001) e Polistchuk & Trinta (2003), o consideram como uma categoria distinta. Outros autores preferem citar as contribuições marxistas nas apropriações feitas pelos estudos da Escola de Frankfurt, de pós-estruturalistas como Louis Althusser, e nas do filósofo italiano Antonio Gramsci. Sobre este último, foram de grande importância seus estudos sobre os intelectuais, e também sua ótica, tida como revolucionária, sobre o conceito de hegemonia (“*aparelhos privados de hegemonia*”), muito recuperada em pesquisas de comunicação, especialmente nas que abordam as tensões entre classes sociais.

Ainda de forma sucinta, sob o nome de Teoria Crítica Frankfurtiana estão reunidos importantes estudos no campo da estética, da crítica à cultura massificada e aos meios de comunicação massificantes, desenvolvidos entre os anos 1930-60 por grupo de filósofos alemães conhecidos por constituírem a *Escola de Frankfurt* (Instituto de Pesquisas de Frankfurt), sob influência principalmente marxista e freudiana. Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamim, Herbert Marcuse (primeira geração) e, mais recentemente, Jürgen Habermas (segunda geração) estão entre seus expoentes.

Na obra *Dialética do Esclarecimento* (1944) – na qual desenvolveram pesada crítica à comunicação de massa e sua contribuição para a banalização da

cultura como mercadoria na sociedade capitalista – Adorno e Horkheimer cunharam a expressão “*indústria cultural*”, de grande representatividade para os estudos em comunicação. As idéias dos teóricos frankfurtianos incidiram fortemente sobre o cenário da pesquisa em comunicação no Brasil a partir da década de 70, ainda hoje embasando grande parte dos estudos teóricos desenvolvidos nos cursos de graduação em Jornalismo brasileiros.

Marshall McLuhan, Harold Innis e Joshua Meyrowitz compõem o grupo representativo da chamada Teoria do Meio, que se concentrou no estudo dos meios de comunicação propriamente ditos. É de McLuhan o mérito pela criação de expressões como “*o meio é a mensagem*”, “*aldeia global*” e “*meios quentes e frios*”. Defendia que os meios de comunicação agiam como “*extensões do homem*”, transmutando sua percepção sensorial do mundo. Meyrowitz, considerado autor da segunda geração de teóricos do Meio, de acordo com Sousa (2004), uniu a Teoria do Meio ao Interacionismo Simbólico de Erving Goffman, objetivando “*entender como as situações sociais se transformam por causa dos meios de comunicação eletrônicos e como isso modifica o comportamento social das pessoas*”.

Além deste panorama de compreensão das TCs por meio de escolas, Mattos (2003) sugere uma outra possibilidade, fundamentada em periodização e levando em conta os conteúdos abordados historicamente nos cursos de graduação pelas disciplinas teóricas – no que a autora classifica como fases do ensino e da pesquisa em comunicação social no Brasil.

1. Hegemonia da sociologia empírica norte-americana (anos 40/60);
 2. Coexistência do Funcionalismo, Escola de Frankfurt e Abordagens latino-americanas (anos 70);
 3. Revisão dos paradigmas clássicos e diversificação das perspectivas de análise da comunicação (anos 80);
 4. Emergência do movimento da transdisciplinarização dos saberes especializados (anos 80/90);
 5. Em busca da classificação, legitimação e autonomia do campo teórico e epistemológico da comunicação (a partir dos anos 90).
- (MATTOS, 2003: 2-3)

Tal periodização é interessante no sentido de auxiliar a reflexão sobre a constituição do panorama comunicacional no Brasil, não como simples sucessão de fatos e datas, mas privilegiando a configuração de forças, tendências e interesses produtores/reprodutores das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e estruturas de poder relativas ao seu tempo, sob a perspectiva do

conhecimento processual histórica e socialmente construído nas relações materiais e concretas de existência (Chauí, 1997). Tanta complexidade de panoramas resulta de choques e anuências entre interesses que formam o conjunto das condições materiais de produção e reprodução da existência pelos atores sociais envolvidos – acadêmicos da comunicação, pesquisadores, estudantes, profissionais, donos de empresas jornalísticas, industriais do entretenimento, além da própria sociedade –, e move a história da comunicação que, por conseguinte – e concomitante –, move a produção e reprodução da própria sociedade.

Analicamente, é possível que a gênese de tamanha diversidade de constructos teórico-metodológicos da Comunicação Social seja encontrada na tentativa de deslocamento das primeiras pesquisas de cunho funcionalista – excessivamente deterministas, pragmáticas e circunscritas aos elementos internos do processo comunicativo¹⁵ – para o campo das mediações, incorporando dimensões extracomunicacionais vindas de estudos da psicologia, sociologia, estudos culturais, antropológicos, históricos, entre outros. Assim, para atender à nova demanda de pesquisas, a ancoragem teórica da comunicação ganhou um pesado aparato conceitual inter e transdisciplinar¹⁶, oriundo de diversos campos do conhecimento que fossem considerados relevantes para a compreensão e análise dos fenômenos comunicacionais, o que concorreu para o enriquecimento dos estudos da área.

Também a esfera das tensões político-econômicas exerceu modos importantes de pressão. Especialmente na década de 1970, as abordagens latino-americanas¹⁷ exerciam forte militância política, concentrando análises sócio-político-econômicas com reflexos diretos nas pesquisas jornalísticas, ancoradas

¹⁵ Aqui referido como os processos de emissão, recepção, teor/qualidade da mensagem, ruído, efeitos/resultados, meio/veículo, das teorias clássicas sobre a comunicação.

¹⁶ De acordo com França (2001),

“alguns autores têm buscado distinguir ‘interdisciplinaridade’ e ‘transdisciplinaridade’. A primeira refere-se a determinados temas ou objetos da realidade que são apreendidos e tratados por diferentes ciências. Não acontece aí um deslocamento ou uma alteração no referencial teórico das disciplinas (eles não são ‘afetados’ pelo objeto); é o objeto que ‘sofre’ diferentes olhares. A transdisciplinaridade, por sua vez, compreenderia um movimento diferente: uma determinada questão ou problema suscita a contribuição de diferentes disciplinas, mas essas contribuições são deslocadas de seu campo de origem e se entrecruzam num outro lugar – em um novo lugar. São esses deslocamentos e entrecruzamentos, é esse transporte teórico que provoca uma iluminação e uma outra configuração da questão tratada. É esse tratamento híbrido, distinto, que constitui o novo objeto.”

¹⁷ Destaque para as pesquisas de Jesús Martín-Barbero (1995) sobre a constituição da mídia na América Latina, as mediações entre comunicação e cultura (ancoradas no receptor), identidade dos povos latinos e as influências da TV sobre a sociedade (especialmente no âmbito do fenômeno das telenovelas).

em elementos do marxismo, gramscianos e althusserianos, e nas críticas frankfurtianas aos meios de comunicação de massa (à época, em plena ascensão/mercantilização), vistos como associados ao poderio econômico norte-americano.

Penso que, possivelmente, a já referida dificuldade em se estabelecer uma epistemologia da comunicação talvez esteja no cerne de seu próprio conceito, que pressupõe que a ação comunicativa se dê sempre *em relação*¹⁸, com referência, no caso, às contribuições e intercâmbios vindos, como já posto, de outras esferas do conhecimento. Como desvincular, por exemplo, as importantes considerações do campo da lingüística e/ou da psicologia para a compreensão dos fenômenos comunicativos, sem acarretar num evidente empobrecimento? Não seria esta a visão adequada à área da comunicação e, desta feita, conceber sua epistemologia sem a consciência de outras epistemologias em composição, com as quais se relaciona em graus variáveis, seria, minimamente, de pouco valor.

A despeito da profusão de paradigmas, teorias e modelos comunicativos – ou antes, *por causa* dela – a comunicação social não pode ser considerada, levemente, como simplesmente desprovida de bases teórico-epistemológicas. Muitos autores – como Sousa (2002, 2006) e Pena (2005), por exemplo – consideram que a densidade e pertinência das pesquisas elaboradas na área já seriam um excelente indicativo de seu *status* científico. Afinal, a dificuldade no estabelecimento do *núcleo duro* da ciência da comunicação não está ligada à dúvida sobre o rigor teórico e conceitual na área, mas à sua sistematização (não confundida com simples inventários de teorias isoladas). As raízes da inconclusão – aí incluídas as demandas político-econômicas, entre outras, que sobre ela atuam – não estão na *falta* de teorias em que se embasar, mas na *multiplicidade* delas.

Em verdade, o ideário que permeia a área da comunicação social caracteriza-se por um *saber em mosaico* – não-imediato, complexo, relacional. Assim como ocorre em praticamente toda a área das ciências sociais, a diversidade e inter-relação de constructos mantêm viva a discussão acerca das teorias da comunicação, num dinamismo, diria, adequado, necessário e condizente com as especificidades da área.

¹⁸ C.f. referência 6 do presente trabalho.

1.1. Navegando pelo ideário do jornalismo: suas bases conceituais

De forma específica, o âmbito do Jornalismo – aqui citado enquanto campo do conhecimento, e não como práxis – possui teorias particulares que, a exemplo da área mais geral da comunicação, também são alvo de acirradas discussões sobre sua sistematização, motivando a publicação de livros, realização de congressos e colóquios, e antagonismos por parte de alguns acadêmicos – como Traquina (2004) e Vizeu (2003), ambos partidários da visão de que ainda não há possibilidade de formular especificamente uma Teoria do Jornalismo, pois lhe falta um conjunto coerente e suficientemente interligado para tal – em contraposição ao dito por Pena (2006, p. 39), que afirma que “*as várias tentativas de sistematizar a Teoria do Jornalismo já permitem a plena configuração da área como um campo específico do conhecimento humano*”. Para Sousa (2002), a diversidade e qualidade da pesquisa na área jornalística seriam um bom indicador de sua cientificidade. As considerações de Silva (2003) também contribuem para a discussão:

É tarefa árdua investigar até onde o Jornalismo se aproxima ou se afasta do que é definido como Ciência. Em duas publicações recentes, pesquisadores de várias universidades tentam dar conta do desafio de pensar epistemologicamente o campo da Comunicação e, dentro dele, o subcampo do Jornalismo: *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*, de 2002, e *Epistemologia da Comunicação*, de 2003 (ambos resultaram de Seminários Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação, promovidos pela Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação); é de se lembrar também *Teorias da comunicação; conceitos, escolas e tendências*, organizado por pesquisadores de diferentes instituições de ensino da comunicação e publicado em 2001. Outras publicações, com o mesmo intento, são o exemplar da revista Lumina (UFJF) intitulado *Comunicação, espetáculo e jornalismo* e o volume da revista da Intercom, de 2002, que discute a *Antropologia da notícia*. (SILVA, 2003, itálicos originais)¹⁹

De todo modo, a despeito das controvérsias sobre a sistematização das Teorias do Jornalismo²⁰, o fato é que partir de 1998, em portaria do Ministério da Educação, foi instituída sua inclusão como disciplina obrigatória nos cursos

¹⁹ Texto em formato eletrônico - online.

²⁰ Com a proposta de apresentar e discutir os novos paradigmas específicos do Jornalismo nacional e internacional.

universitários brasileiros: até então, os cursos de graduação em jornalismo²¹ discutiam apenas as teorias da comunicação²² de forma geral.

É certo que, de forma coerente e inerente à sua juventude, a área jornalística, enquanto ciência, evidencia certa inconclusão sobre suas bases teóricas, já que encontra-se em óbvio processo de consolidação de sua episteme. A tendência mais pertinente, em termos de produção científica, tem destacado a proposta de compreensão dos aspectos que determinam a construção do conceito de *notícia* – o cerne do fazer jornalístico, justificativa de sua existência e base de sua função social –, e de todos os meandros que lhe influenciam.

Coerentemente à premissa feita para a área mais geral da comunicação social, aqui será válido o mesmo raciocínio no resgate das teorias jornalísticas, sendo discutidas, basicamente, as mais comumente citadas pelos diversos autores (Traquina, 2004; Pena, 2005; Vizeu, 2003; Sousa, 2002; Wolf, 1995), e, conseqüentemente, mais *consagradas*. Ressalta-se, novamente, que a exposição de forma esquemática tem fins didáticos, no intuito de apresentação dos conceitos que permeiam a área, não significando apoio à idéia de divisionismos, já que, para esta pesquisadora, particularmente, há certo desconforto em relação às sistematizações propostas por mecanismos divisionistas e classificatórios: tais sistemas estão, a meu ver, sempre rondados pelo risco dos reducionismos e engessamentos.

Traquina (2004) assinala, a respeito das teorias do jornalismo,

Ao longo de várias décadas, e depois de muitos estudos realizados sobre o jornalismo, é possível esboçar a existência de várias teorias que tentam responder à pergunta porque as notícias são como são, recolhendo o fato de que a atualização do termo “teoria” é discutível, porque pode também significar aqui somente uma explicação interessante e plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições. De notar, também, que essas teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras. (TRAQUINA, 2004: 146)

²¹ De acordo com Pena (2005), na recente reclassificação das sub-áreas promovida pela CAPES, os princípios para área de comunicação foram os seguintes:

Área – Comunicação / Sub-área – Jornalismo

Conteúdos: Teorias do Jornalismo; História do Jornalismo; Jornalismo Especializado; Ética e Deontologia do Jornalismo; Economia e Gestão do Jornalismo; Jornalismo como Profissão; Modelos e Produtos Jornalísticos; Formatos e Gêneros Jornalísticos; Ensino e Pesquisa do Jornalismo.

²² Apesar da inclusão das Teorias do Jornalismo, a disciplina Teoria(s) da Comunicação não foi retirada da grade obrigatória dos cursos de jornalismo.

Entre as mais antigas da área jornalística está a Teoria do Espelho, com inspiração positivista advinda de sua gênese, em fins do século XIX. A metáfora é auto-explicativa: o jornalismo seria um canal neutro com a função de refletir fielmente a realidade social. Ou seja: as notícias – e tudo o que é relativo a elas – são como são porque a realidade/verdade assim as determina. Nesse modelo, ao jornalista caberia o papel de simples mediador – no sentido transmissivo, daquele que *faz chegar* – entre acontecimentos e leitores/ espectadores.

Há implicada nessa visão a idéia de que, ao simplesmente registrar o real, o jornalismo se reveste de uma neutralidade que permitiria ao receptor da mensagem compreendê-la/discuti-la à sua vontade, sem interferências tendenciosas, o que constituiria num compromisso profissional com a rigorosidade e a precisão, atrelado a noções mais subjetivas de honestidade e isenção. Na Teoria do Espelho, há uma separação óbvia e mecânica entre objetividade (exatidão) e subjetividade (opinião): a idéia do jornalista enquanto observador desinteressado, que escreve de forma impessoal, ouvindo os *dois* lados da questão abordada, seria a garantia da matéria bem-feita e da verdade preservada, que é base dos manuais de redação dos jornais. Em contra-senso a essa onipresença, Teoria do Espelho, certamente, está entre as mais criticadas da área jornalística.

Para melhor compreender a gênese dessa teoria, é preciso retornar a um momento histórico de crise e transformações para a área jornalística, que remonta, de acordo com Sodré (1999), ao século XIX, período em que havia certa fusão entre imprensa e literatura, marcando desde o modo de produção jornalístico até suas escolhas lingüísticas, de forte cunho opinativo: grosso modo, tudo a que atualmente reconhecemos como *texto jornalístico* não existia enquanto formato. Com grande penetração e oferecendo espaço garantido para as *reviews* (opiniões), o jornalismo logo se tornou ambiente cobiçado pelas classes dominantes à época, especialmente grandes latifundiários e políticos, que passaram a interferir ativamente nos conteúdos produzidos. A possibilidade opinativa do jornalismo, desse modo, acabou atrelada a defesas ou execrações, conforme os interesses envolvidos, num óbvio tendenciamento que resultou em grave crise de credibilidade para a área.

O desvirtuamento da função social jornalística pelas instâncias do poder de forma tão evidente foi concomitante, de acordo com Sodré (1999), a outro fato histórico, de igual representatividade: a passagem do jornalismo artesanal para o

industrial, com a constituição de empresas jornalísticas. Com a generalização do capitalismo impondo novas relações também para o jornalismo, não é difícil entrever que a quebra de credibilidade sofrida pela área se reverteu em consideráveis prejuízos para as empresas de comunicação nascentes, já que o consumo de jornais diminuiu frente à desconfiança do público. Tal panorama impôs uma reformulação radical do modo de produção do texto jornalístico: a profunda cisão entre *opinião* e *informação*, com a passagem do *viewspaper* (jornal de críticas/opiniões) para o *newspaper* (jornal de novidades, ou seja, *notícias*).

O novo modelo visava à garantia de imparcialidade e neutralidade da notícia como estratégias de credibilidade e, por sua vez, consumo, tornando os jornais *máquinas* de produção de notícias e de lucro. Ao jornalista caberia apenas *informar*, sendo a qualidade do produto jornalístico determinada pela sua capacidade em refletir o real. Desse modo, o jornalismo partiu do extremo opiniático ao extremo da impessoalidade, sendo que quaisquer marcas da alteridade do jornalista procuraram ser apagadas por meio de diversas técnicas redacionais, como o *lead*²³ e a *pirâmide invertida*²⁴, por exemplo. Não é de causar estranheza, portanto, que a Teoria do Espelho e o mito da objetividade jornalística ainda permaneçam permeando manuais de redação dos jornais e, conseqüentemente, seu modelo de práxis – assim como fazem parte da constituição do ideário do egresso em comunicação.

De acordo com a máxima desta objetividade, a *informação a ser veiculada* (notícia) é um *fato* (objeto), a ser *descrito* (conhecido) objetivamente, *sem nenhuma ou mínima interferência*, por meio de *métodos específicos*, que permitem a *apreensão da realidade* (dados verdadeiros). Nesta perspectiva, a realidade é estática, e se presta a ser *fotografada*²⁵ por meio do texto jornalístico. Com isso, cria-se a ilusão de que há um mundo verdadeiro (em oposição à inverdade),

²³ Lead é o início do texto jornalístico, um modelo padronizador, que introduz as principais informações a serem discorridas durante a matéria. Sua formulação atenta para a necessidade de responder a seis questões-base: “quem”, “o que”, “quando”, “como”, “onde” e “por que”, já informando minimamente o leitor, que pode optar ou não pela leitura total do texto.

²⁴ A pirâmide invertida ilustra o modo como as informações devem ser dispostas no corpo do texto jornalístico: as principais nos primeiros parágrafos, que vão decrescendo em importância informacional. Esse padrão surgiu ainda na época em que o jornal era impresso em tipos móveis, pois, no caso do texto extrapolar o espaço a ele concedido, era cortado de baixo para cima, ou seja, do fim ao início, sendo assim as principais informações preservadas. Tal padrão permanece até hoje como o principal modelo utilizado para a redação da matéria jornalística.

²⁵ A metáfora da objetividade jornalística enquanto fotografia da realidade é recorrente na literatura da área. É, porém, inconsistente, sendo que por si só tal metáfora já deita por terra o mito da apreensão estática do real, já que a fotografia é passível de múltiplas análises, e representa a apreensão de apenas um momento da realidade, um fragmento, e não sua totalidade. A fotografia é, pois, um olhar, uma visão da realidade, e não o real.

independente dos sujeitos, cuja conduta correta (profissionalismo) depende apenas de *boa-fé* do jornalista e da rigurosidade ao seguir o método.

Não é preciso ir muito longe para exemplificar essa visão. Tido entre mais completos manuais brasileiros sobre jornalismo impresso, o *Manual de Redação e Estilo*²⁶ do jornal O Estado de S. Paulo²⁷, recomenda a seus focas²⁸: “Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. (...) Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais dispensando comentários no material noticioso.” (MARTINS, 1990:18)

A assertiva do manual d'O Estado não tem nada de estranha para quem pertence à área do jornalismo. Longe disso, chega a ser corriqueira, redundante e até desnecessária, pois além de ser recomendação dos veículos de comunicação, o ensino de tais normas para a *representação objetiva da realidade* também perpassa o conteúdo das disciplinas de *Introdução ao Jornalismo e Redação Jornalística* correntes nas universidades, além de ser constantemente recuperadas nas demais disciplinas, especialmente aquelas de conteúdo mais voltado à técnica. Seria possível, porém, apenas *ler* a realidade? Seria possível somente *transportar* a realidade social para uma realidade, digamos, midiática, sem elaborar interpretações?

Apesar de sua centralidade para o jornalismo, as discussões sobre a aplicação da objetividade, imparcialidade e neutralidade na *leitura da realidade* não são exclusivas da área: estão presentes na práxis de outras profissões, assim como na própria Ciência, ou produção do conhecimento científico, como atividade que também se dedica a conhecer o mundo e desvendar o real. Há, entremeadas no conceito de objetividade, uma clara herança positivista, centrada na visão dicotômica entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, que não considera a processualidade e relatividade do conhecimento ao seu tempo, à história, à

²⁶ Além das questões relativas à objetividade, os conteúdos normalmente abordados pelos manuais de redação compreendem regras ortográficas e gramaticais, comentários sobre vícios de linguagem e equívocos mais comuns, dicas sobre coesão e coerências nos textos, entre outras temáticas. Alguns autores afirmam que as técnicas descritas nesses manuais pretendem homogeneizar o discurso jornalístico, no intuito de fortalecer a imagem/reconhecimento do objeto “jornal” enquanto meio de comunicação. Manta (1996) esclarece a força da metáfora do jornal ao confrontá-la com o jornalismo de internet. Para ele, chamar o produto noticioso em rede de “jornal online”, deslocando a noção de jornal – que sempre esteve associada ao suporte material (papel) – de seu âmbito original, auxilia na compreensão da nova mídia, pois produz efeito de familiaridade, demonstrando o quão arraigado está o sentido de *jornal* na sociedade contemporânea.

²⁷ Apesar de cunhado no sentido de marcar sua cidade de origem, a maneira correta de grafar o nome do jornal é com o S. abreviado, pois se trata de um nome-fantasia, caso também do jornal Folha de S. Paulo.

²⁸ Jargão da área para designar os jovens jornalistas, recém-formados e/ou pouco experientes.

cultura, às relações de poder, aos padrões estabelecidos pelas sociedades e, mesmo por isto, não se sustenta.

Desse modo, é interessante notar que a despeito das duras críticas feitas por outras teorias à Teoria do Espelho e suas bases obviamente frágeis, esta carrega, paradoxalmente, certa aura de *modelo perfeito*, desejável, só não alcançável devido a *inoportunas contaminações*. Assim, as críticas feitas pelas demais teorias – como será visto aqui – se direcionam a aspectos que impediriam, segundo suas óticas particulares, a existência do modelo perfeito: problemas de denotação/conotação, problemas de cognição, pressões empresariais, relações mercadológico-capitalistas, e por aí afora. O problema, no entanto, não está nas discussões, pois estas são bem-vindas, devem ser feitas e contribuem, à sua maneira, para a qualidade do jornalismo praticado no Brasil e no mundo: o problema está na forma como as críticas são feitas, pois parecem enxergar o fenômeno jornalístico de forma funcional e não enquanto *processo* – relacional, histórico, complexo.

O que marca a notícia – que é a expressão da objetividade jornalística –, segundo o modelo hegemônico do *espelho*, são, pois, as idéias de *precisão* e de *neutralidade*, como um conjunto de práticas valorativas desejáveis ao trabalho jornalístico, numa espécie de, como abordado, *compromisso* de independência e isenção entre meios de comunicação e público. Nesta linha de raciocínio, o mesmo conjunto valorativo é assumido para a linguagem, denotando-a como circunscrita a uma lógica transmissiva, limitada na posição de ser um veículo no qual se dá e que permite a comunicação.

Porém, a fragilidade do *espelho da realidade* frente à complexidade da práxis jornalística é visível. Afinal, *o que seria notícia?* De que modo selecionar, dentre centenas de acontecimentos diários, aqueles que seriam efetivamente publicados? Quais os critérios para isto, e *a quem* caberia escolher? Quais as conseqüências dessa seleção, do privilégio de uma informação em detrimento de outra? Quais instâncias sociais seriam prejudicadas, ou para quem poderia vantajoso tais filtros?

Assim, em reação à visão do jornalismo como reflexo do real e ao mito da absoluta objetividade, surgiram na década de 1950-1960 as teorias do *Gatekeeper* e a Teoria Organizacional. Ambas retornam ao processo pelo qual a notícia chega

às páginas dos jornais, defendendo que, já no seu início, há critérios valorativos²⁹ na escolha do que será ou não divulgado, o que, por si só, já invalidaria a proposta do jornalismo como espelho da realidade.

Na Teoria *Gatekeeper*, a ênfase está na ação do jornalista – ou do editor – que age como uma espécie de *porteiro* (*gate*=portão; *keeper*= mantenedor, defensor), *deixando passar* algumas notícias em detrimento de outras, cuja seleção estaria ligada, ao lado dos valores-notícia, também a aspectos subjetivos e arbitrários. Extrapolando, a ação do *gatekeeper* se estenderia, além da escolha das pautas, também à seleção de *quais detalhes* do fato serão publicados, dentre os muitos possíveis. Já na Teoria Organizacional, os critérios para escolha de pautas e ângulos da matéria seriam determinados pela empresa de comunicação para a qual o jornalista trabalha. Assim, as normas e políticas editoriais do veículo teriam muito mais influência na seleção de notícias do que quaisquer outros instrumentos de análise.

Também apontada como uma das principais teorias do jornalismo está a *Agenda-setting*, ou Teoria do Agendamento, dos anos 1970. De acordo com ela, os assuntos discutidos pela sociedade são aqueles que, previamente, alcançaram visibilidade pelo destaque dado na mídia. Ou seja: a sociedade discute apenas o que a mídia seleciona. As conseqüências do *Agenda-setting* seriam, portanto, óbvias: não há neutralidade possível, pois haverá sempre direcionamento social, repetição de discursos hegemônicos, possibilidade de manipulações do ideário coletivo.

Enquanto o *Gatekeeper* foi muito criticado por explicar os conteúdos jornalísticos com base no enfoque psicológico, as teorias Organizacional e *Agenda-setting* enfocam uma ação de maior amplitude, porém ainda estabelecendo uma noção bastante maniqueísta ao jornalismo, com uma espécie de sentimento lesivo que pouco ou nada tem a ver com a já posta importância do jornalismo enquanto função social. Permanece, como pano de fundo, um insolúvel problema para o jornalismo: como seria possível exercer esta sua função social, quando o jornalismo é um *produto de empresas* de comunicação?

É interessante compreender que todas as visões abordadas são tentativas de configurar social e profissionalmente o jornalismo, confrontado-o com

²⁹ No jargão jornalístico, esses critérios valorativos são conhecidos como *valores-notícia*, que são determinados por múltiplas variáveis, como notoriedade do fato, imprevisibilidade, conteúdo substantivo de informação, interesse do público, caráter local-prático, aspectos de concorrência entre veículos de comunicação, entre outros.

situações-limite: cada uma das teorias aqui discutida possui validades e limitações, participando da inter-constituição da episteme do Jornalismo, uma rede ampla de relações em que tais variáveis concorrem, convergem e divergem. Desse modo, não se trata, pois, de negar que existam constrangimentos profissionais, pressões políticas, discursos hegemônicos, luta contra o tempo (o chamado *deadline*, ou limite para o fechamento das edições), jornadas exaustivas de trabalho, entre outros fatores que afetam a atividade jornalística; porém há, por outro lado, um compromisso ético pessoal, profissional e social em prestar a informação, que não pode de maneira nenhuma ser desprezado.

Além disso, as visões citadas se dispõem a discutir um jornalismo sem abordar seu público (leitor/espectador/ouvinte), como se este estivesse numa esfera totalmente apartada, apenas suscetível às informações manipuladas, às *intrigas de bastidores*. A sociedade, enquanto contexto mais imediato do jornalismo, não é assim tão permeável, nem tão estanque: ao contrário, há uma relação de confiabilidade construída historicamente entre sociedade e jornalismo. Apesar de ter partido de uma relação mercadológica de própria sobrevivência das empresas jornalísticas, a credibilidade é fato assentado na área: a mesma concorrência que criou a confiabilidade, tratou de acentuá-la. Não é possível negar o forte papel de *verdade* atrelado ao jornalismo, sem o qual este deixaria de ter razões para existir. Isto não invalida, no entanto, os filtros aplicados à notícia e apontados pelas teorias aqui discutidas: porém, a relação apresenta-se de forma mais complexa do que a simples dicotomia verdade-mentira.

As esferas de credibilidade, interesses mercadológicos e função social do jornalismo se entrecruzam e constituem-se mutuamente, sendo que a tendência do âmbito da confiabilidade, nos últimos anos, tem sido de ampliação. Isto se deve, em parte, também ao advento das novas tecnologias – especialmente a internet – que têm tornado o mito do controle absoluto da informação cada vez mais discutível³⁰. Há diversas formas de se informar, e o jornalismo é apenas uma delas; por isto mesmo, a preocupação com a confiabilidade da informação tem crescido exponencialmente para os veículos de comunicação. Porém, é possível que ao jornalismo falte uma discussão mais profunda sobre seu lugar enquanto *gênero do discurso* complexo, nos moldes do reflexionado por Mikhail Bakhtin,

³⁰ Tal fenômeno tem sido apelidado, na esfera jornalística, como *quebra do broadcasting*, ou seja, a informação que antes seguia o caminho *um* → *muitos* (ou emissoras → público/massa), agora percorre também o caminho *muitos* → *muitos* (como na internet, na qual os usuários/público também alimentam a rede com informações, como produtores de conteúdo).

autor cujas idéias penso possibilitarem um diálogo de grande valia no embate com as teorias jornalísticas.

1.2. Diário de bordo: diálogos possíveis

Dentre os muitos expoentes no estudo e sistematização dos conceitos jornalísticos em sua especificidade estão: Juarez Bahia, Alberto Dines, Luiz Beltrão, Clóvis Rossi, Nilson Lage, Manuel Carlos Chaparro, José Marques de Melo, Adelmo Genro Filho e Ciro Marcondes Filho (Pena, 2005). Suas obras tiveram (e ainda têm) papel fundamental na divulgação da pesquisa científica de estudos comunicacionais, meritorias em seu pioneirismo³¹ de esboçar o conhecimento jornalístico em seus constructos e, assim, constando da maioria das bibliografias para o ensino do jornalismo no Brasil. Obviamente, traduzem um conhecimento relativo ao momento histórico de sua produção (entre os anos 60-80), porém são freqüentemente referenciados na (grande) maioria dos estudos atuais da área, já que uma linha similar àquelas teorizações ainda persiste.

Como dito, é proposição deste trabalho efetuar o resgate de alguns dos conceitos-chave inscritos no referencial teórico básico do jornalismo, ancorado na análise de obras de alguns dos referidos autores à luz da concepção bakhtiniana da linguagem. Procuo percorrer esta trilha metodológica na visão do discurso jornalístico como ato de fala histórica e socialmente constituído e representativo, ou seja, como ação concreta, produto da interação social e posicionada no contexto social imediato (Bakhtin, 2006) e, além disso, um gênero discursivo complexo (Bakhtin, 2003). Esta intenção advém da convicção de que tal tensionamento de proposições é valiosa no sentido de possibilitar novos olhares à área jornalística.

Como proposta de estudo está o (re)pensar de temáticas centrais ao jornalismo na forma que se apresentam nas obras analisadas³², procurando

³¹ Fazendo-se referência a algumas das obras clássicas dos citados autores, comumente utilizadas nos cursos de graduação em jornalismo – já que alguns desses pensadores ainda permanecem em atividade produtiva, como Manuel Chaparro, Nilson Lage, José Marques de Melo e Ciro Marcondes Filho, por exemplo.

³² Optou-se por resgatar obras básicas da área que discutem mais intimamente o jornalismo na modalidade impressa, já que são os livros que mais se dedicam ao *texto* propriamente dito, lembrando-se que, independente da modalidade jornalística – mesmo as eletrônicas como TV, rádio ou online – o texto continua sendo a base de suas atividades.

compor um quadro coerente que facilite na visualização dos conceitos enquanto recorrentes – e, portanto, relevantes à área – em detrimento das questões eminentemente técnicas da práxis jornalística.

Dando medida da importância das temáticas da *neutralidade e objetividade* do texto jornalístico para a área – como *garantias* de preavencimento da função social do jornalismo e de sua credibilidade –, na década de 1960, Bahia (1990)³³, em *Jornal, história e técnica*, propõe que o papel do jornalismo está ligado ao ideal de utilidade pública da informação, sendo função dos veículos de comunicação jornalísticos divulgar idéias e valores sociais importantes. Para corresponder às necessidades do público, cabe ao jornal propalar o que exige o meio social, e para se isentar das possíveis coações das classes dominantes, a notícia deve ser neutra e objetiva.

(...) embora ainda se notem influências de um status quo ideológico que remonta ao século XIX - no que exprime o domínio do proprietário sobre o domínio da informação -, o fato é que o jornal contemporâneo tende a refletir melhor o sentimento do leitor, a observação isenta do acontecimento, a opinião independente, a fim de reproduzir a visão mais realista possível da vida em comunidade.(BAHIA, 1990: 371)

Ou seja: apesar de admitir a existência de uma ideologia dominante, o autor considera que a validade da informação está vinculada à reprodução da realidade por meio de uma linguagem – na medida do possível – neutra, fruto de um trabalho jornalístico consciencioso, divulgador dos interesses e ideais da sociedade, e que reflita um sentido de utilidade pública importante para os mecanismos sociais.

Também para Alberto Dines, *O papel do jornal* (texto original de 1974) é o de manter um “*inviolável compromisso com a verdade*”, independente das coerções que os veículos de comunicação sofrem por parte do Estado e/ou outras empresas. A relação de *verdade* é determinante para a aceitabilidade do veículo, inclusive comercial. “(...) *um jornal que cede a uma pressão cede a todas. O caminho é manter inviolável o compromisso com a verdade; só isto pode tornar um jornal mais prestigiado, aceito e, portanto, lucrativo*” (1986:108). Assim, o conceito de credibilidade do jornalismo reflete-se socialmente em termos de reprodução da realidade. Para o autor, tal manutenção da verdade está diretamente ligada ao *controle dos sentidos produzidos no/pelo discurso jornalístico*, tarefa que cabe tanto aos jornalistas quanto às empresas de comunicação.

³³ Trata-se da edição revista e ampliada do original de 1964.

Já Clóvis Rossi, em *O que é Jornalismo* (original de 1980), desloca o conceito de objetividade jornalística, *negando* sua possibilidade em virtude de dois fatores: a mediação do produtor da mensagem (jornalista), e a interferência das esferas do poder (econômico, político etc.) sobre as empresas de comunicação, o que faz com que a notícia seja, segundo ele, sempre *parcial*, uma *versão* da realidade.

Para este autor, no caso do jornalista, a falta de objetividade não é intencional, é simplesmente impossível, pois o sujeito não consegue se apartar de sua formação cultural, suas visões de mundo, que acabam permeando o texto e dando a ele uma tendência. Atrelado às suas impressões e emoções, o jornalista involuntariamente acaba por embutir aspectos puramente pessoais aos fatos. Assim, afirma o autor, mesmo utilizando-se das mesmas técnicas redacionais, dois jornalistas nunca irão relatar um mesmo fato de forma igual. Entrementes, ele considera que caiba ao jornalista ser o mais objetivo possível, a despeito de todas as interferências que o vitimam, empresariais ou pessoais, as quais ele deve a todo custo tentar controlar.

Em Beltrão (*Jornalismo Interpretativo*, 1980), estão as idéias do jornalismo enquanto *interpretação* da realidade, e também com a função de propagador do interesse coletivo, definindo-o como responsável pela “(...) *informação de idéias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum*” (1980:27). O termo *interpretados* usado pelo autor remete à autoria da informação: cabe ao jornal (e, mais especificamente, ao jornalista) a tarefa de interpretar fatos e idéias e, somente após, transmitir à sociedade o sentido produzido por esta interpretação, cuja base deverá ser o interesse coletivo. Apesar da alusão à interpretação, o autor não polemiza de forma mais contundente tal sentido produzido ou a orientação da opinião pública. Além disso, a possibilidade interpretativa é prerrogativa apenas do jornalismo de tipo interpretativo, deixando clara a existência de modalidades não-interpretantes (*objetivas*).

Já a teoria de Ciro Marcondes Filho sobre o jornalismo, constante d’*O capital da notícia* (de 1986), obra de viés obviamente marxista, está centrada na crítica radical ao sistema capitalista, para ele responsável pela transformação da notícia em mercadoria por meio de sua adaptação às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação. Para ele, a objetividade importa à

lógica do mercado e, no lugar de reproduzir o fato, este é alterado, manipulado. Portanto, a notícia é uma forma *intencionalmente mutilada de realidade*.

Ele [o fato] não só é embelezado, limpado, pintado de novo, como ocorre com outras mercadorias na prateleira para atrair a atenção do comprador; o fato social aqui é também acirrado, exagerado, forçado. De qualquer maneira, mudado para vender. (MARCONDES FILHO, 1989: 29)

Pode-se, dessa forma, dizer que para Marcondes Filho, a linguagem carrega um componente valorativo, vindo da intencionalidade em atribuir-lhe um sentido específico, mercadológico, ideológico. Para ele, tal sentido é definido de antemão e controlado pela consciência do jornalista, que é pressionado a assim agir pela máquina corporativa. Dessa forma, para o autor, a exemplo de Clóvis Rossi, a objetividade jornalística também seria impossível, porém em outro viés: frente às pressões da máquina capitalista, acreditar numa possível objetividade seria pura ingenuidade.

Não parto da posição ingênua de desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes na sociedade, nem da aceção de que haja qualquer possibilidade de se realizar um jornalismo objetivo. Concordando com Francesco Cavalla, fujo neste estudo da aceção de objetividade jornalística que consiste na representação racionalista não-deformada e não deformável de determinada realidade. A possibilidade de possuir a verdade é falsa e tende ao discurso dogmático; a objetividade é impossível. Isso não significa que tudo seja igualmente subjetivo que tudo seja igualmente subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas da realidade mantenham a mesma distância do real: há apropriações mais ou menos próximas da “verdade dos fatos”. Estar-se-ia mais próximo – sem contudo jamais chegar – da objetividade, na medida em que, ainda concordando com Cavalla, busque-se a informação que evita e denuncia sofismas, instrumentos de persuasão ocultos, afirmações injustificadamente peremptórias; que difunde outras interpretações dos fatos diferentes das dos dominantes, a fim de mostrar o caráter meramente parcial e hipotético das mesmas; que declara explicitamente o caráter questionável da própria valoração. (Idem, 1989:14 – aspas originais)

É possível perceber, por meio dos exemplos ilustrativos aqui apresentados, que existem, como anteriormente dito, temas marcadamente reiterados no panorama das concepções de base sobre o jornalismo. De modo geral, parece persistir certa idéia de transmissividade do discurso jornalístico, na qual a notícia

produzida isoladamente no interior das redações seria transferida por meio da linguagem até chegar a um receptor pouco visível ou indigno de menção, aparentemente uma ponta de um processo comunicativo, (aprioristicamente) de mão-única. Talvez a visão mais óbvia da relação com o receptor esteja na grande preocupação das mídias em controlar as *interpretações possíveis* da mensagem. Nessa ótica, a linguagem, vista num sentido instrumental, ora presta-se a ser condutora de uma *reprodução pictórica* da realidade (quando funciona a objetividade jornalística), ora vilã que carrega uma ideologia manipulativa intencionalmente incutida pelas instâncias de poder, ou ainda, expressão do sofrimento do jornalista irremediavelmente atrelado às suas questões existenciais e angustiado pelo laborioso exercício de vencê-las a cada novo texto.

Grosso modo, resta certa sensação de que os sentidos produzidos de antemão atravessariam um canal *neutro* – a linguagem – e seriam recuperados integralmente pelos receptores. Daí a importância do controle mecânico desses sentidos ainda na emissão, permanentemente vigiados e rigorosamente definidos – ora pela consciência do jornalista, ora pela normatização e/ou técnicas de redação jornalística, ora pelas esferas hegemônicas, ou mesmo um composto desses âmbitos. Assim, os sentidos seriam previamente determinados, controláveis e anteriores ao ato enunciativo. Nesta lógica, sobram poucas opções ao jornalista: ou ele se assume como peça de engrenagem do mercado manipulativo, ou luta por toda a vida profissional contra sua própria materialidade de sujeito.

Para corroborar este breve resgate ilustrativo, em pesquisa de recuperação bibliográfica sobre os elementos da construção do texto jornalístico, citada por Hohlfeldt (2001), num universo de vinte e um livros de conhecidos autores, a objetividade foi a categoria mais citada (seguida pelas categorias clareza, exatidão/precisão e veracidade), dando medida da importância que tal conceito assume no meio jornalístico. Assim, é natural que os estudiosos da área desdobrem-se em assinalar seus preceitos e elementos, recomendando veementemente sua observação, enquanto outros neguem-lhe a possibilidade, por vezes mesmo criticando a falta de neutralidade do jornalismo. O questionamento é, obviamente, de grande validade na tentativa de compreensão de aspecto tão pertinente à área jornalística, e que afeta de modo relevante – dadas as características de penetração e função do jornalismo – a macro-esfera social.

Acepção parecida com que é vista a objetividade jornalística, em termos da possibilidade de controle dos sentidos produzidos pela enunciação, é reiterada quando se aborda a opinião no jornalismo, cujo tratamento dicotômico em relação à primeira já foi abordado neste estudo³⁴, e também por Chaparro³⁵. A dicotomia ainda persiste na visão dos manuais de redação dos jornais e também para alguns autores, como na obra *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985) de José Marques de Melo, que separa os gêneros jornalísticos em *jornalismo informativo* (objetivo) e *jornalismo opinativo*. Já para outros pesquisadores, como Chaparro (1998), esta dicotomia não é válida, pois para ele,

(...) não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em informativos e opinativos - até por serem coisas de esferas diferentes: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (artigo, notícia, reportagem, entrevista, crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas, identificando formas; já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como que substâncias na natureza do jornalismo, no sentido em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da ação jornalística, quer se relate ou se comente a atualidade. (CHAPARRO, 1998:14)

Todavia, mesmo negando a divisão entre as esferas informativa e opinativa no jornalismo – e, por conseguinte, considerando que a objetividade jornalística, no sentido de descrição fiel da realidade, é um mito – o autor ainda aloca a questão da carga valorativa/condutiva da mensagem jornalística ao controle – ou à impossibilidade dele – feito pelo jornalista e sua capacidade técnica, ao seu profissionalismo e ao senso de imparcialidade.

A cultura jornalística produziu, pois, um equívoco. Até a notícia dita objetiva, construída com informação “pura”, hard, como se diz no jargão de inspiração americana, *resulta de seleções e exclusões deliberadas, controladas pela competência opiniática do jornalista.*

(...) Ao jornalismo só interessa o que, sob certos critérios, possa ser considerado “o mais importante”. E

³⁴ Subcapítulo 1.1 da presente pesquisa.

³⁵ De acordo com Chaparro (1998), as raízes da dicotomia informação X opinião no jornalismo tem suas raízes na atuação do jornal inglês *The Daily Courant*, criado em 1702: o jornal

(...) *ganhou fama e lugar na história da imprensa por causa de uma inovação criada por Samuel Buckley, seu diretor. Mesmo que sem tal intenção, Buckley introduziu no jornalismo o conceito da objetividade, tornando-se o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos, tratando as notícias como notícias, sem comentários.*

definir o mais importante será, sempre, um *exercício da capacidade opinativa do jornalista* - no campo dos fatos como no campo das idéias. (CHAPARRO, 1998:24 – itálicos meus)

A idéia de controle da atribuição da objetividade à notícia, por parte do jornalista, ainda perpassa o mais recente Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2001). Propalando uma *maior flexibilidade* em relação às edições anteriores – pois se trata da edição revista e ampliada do manual lançado em 1992 que, por sua vez, alterava as versões de 1984 e 1987 – o novo manual admite e até *concede* certa dose de subjetividade ao discurso jornalístico. Porém, não consegue se desvincular da idéia de obrigatoriedade da objetividade como meta a ser atingida para a confiabilidade e exatidão da notícia.

A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é conseqüência da evolução que estamos procurando identificar.

Trata-se, porém, de política a ser administrada com *parcimônia e cautela*, seja para que *não se perca a base objetiva de informação*, seja para que o leitor não fique à mercê dos *caprichos da subjetividade* de quem está ali para, antes de mais nada, *informar com exatidão*. (MANUAL DA FOLHA DE S.PAULO, 2001:15 – itálicos meus)

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser *o mais objetivo possível*. (Idem, 2001:45 – itálicos meus)

É importante ressaltar que a seleção dos conceitos pinçados das obras básicas sobre o jornalismo teve por intenção marcar de forma mais contundente certa aura que permeia essas premissas, obviamente não representando a totalidade da vasta produção teórica dos autores citados. Na verdade, o desejo aqui ensejado é o de repensar tais aspectos tendo a teoria enunciativo-discursiva de Bakhtin por elemento balizador. O próprio fato de tais questões terem saltado à vista desta pesquisadora já demonstram a estranheza que causam à luz bakhtiniana, pois, nesta concepção, aqui assumida como relevante na compreensão desses fenômenos, não é possível entender os sentidos como arbitrariamente ligados à palavra, descolados de um contexto, apartados de sua

historicidade e que não envolvam uma relação de diálogo, ou seja, subentendam um *outro* além do locutor (mesmo que este *outro* não seja um ente corpóreo).

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social do qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa deste interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006[1929]:116 – itálicos originais)

De forma diversa às proposições citadas sobre a área jornalística, a palavra não é propriedade de quem fala (ou escreve): uma vez lançada na relação dialógica, perde qualquer traço de estabilidade de sentidos pretendida pelo locutor, mergulha num contexto único, feito de interlocutores posicionados e únicos, pois (e por isto) o momento é irrepetível. Na situação enunciativa, além da *“situação social mais imediata”* (c.f. citação anterior), a palavra carrega as marcas das construções sógnicas advindas da materialidade humana, das relações sociais e de sua historicidade.

Ou seja: para Bakhtin, qualquer comunicação, falada, escrita ou pensada – o discurso – não provém de si mesma: é, antes, nascida da retomada de outros discursos anteriores, em relações interdiscursivas dialógicas. Assim, a relação constituída entre jornalismo, jornalista, empresa e sociedade são processos interativos de produção de linguagens inter-relacionadas, nos quais há esferas de uso da palavra, lugares do discurso posicionados que marcam os sentidos produzidos nas enunciações. Assim, sujeitos demarcados socialmente constituem e são constituídos na interdiscursividade, como fundamento de sua subjetividade: mesmo que seus discursos não apresentem, de forma visível, marcas dessa heterogeneidade de gênese.

Sendo, portanto, heterogêneos os discursos que são constituídos e que constituem os sujeitos, é certo que sua identidade é construída na relação com os outros, outras vozes, outras identidades, outros lugares sociais.

Tal consideração entra em contraste à visão encontrada no jornalismo sobre a responsabilidade arbitrária do produtor do discurso quanto a seus sentidos, pois se há autores na área jornalística que entrevêm a materialidade do produtor do discurso (o jornalista), o mesmo não parece ocorrer com a materialidade do receptor/público. Se o sentido dos discursos é controlável pela técnica jornalística, não parece haver, efetivamente, consideração acerca da especificidade/unicidade do receptor e/ou do momento discursivo. Não há, pois, o estabelecimento de uma relação verdadeiramente dialógica, de responsabilidade ativa.

Em Bakhtin, enquanto fenômeno ideológico por excelência, a palavra é signo, pois *significa na relação*; porém é neutra (polissêmica), no sentido de sua capacidade em assumir toda – e sempre – manifestação ideológica, ainda assim possuindo um elemento estável, que permite seu reconhecimento na instância interlocutiva. Porém, não se presta a apenas refletir, e sim, *refletir e refratar* a realidade, numa cadeia de constituição recíproca.

O sistema da língua é dotado das formas necessárias (isto é, dos meios lingüísticos) para emitir a expressão, mas a própria língua e as suas unidades significativas – as palavras e orações – carecem de expressão pela própria natureza, são neutras. Por isso servem igualmente bem a quaisquer juízos de valor, os mais diversos e contraditórios, a quaisquer posições valorativas. (BAKHTIN, 2003[1979]:296).

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. (Idem, 2006[1929]:31 – itálicos originais)

Assim, mesmo que haja por parte do enunciador um firme propósito em controlar e garantir a posição ideológica de sua elocução, esta nunca significará igualmente e de forma linear para todos, pois os valores pretendidos vão de encontro aos sentidos construídos/apropriados por seus interlocutores. Na trama

das relações, vozes e significações se entrecruzam, *marcadas pela posição social que assumem no instante da interação* e permeadas pela realidade do signo.

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da fórmula jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.*

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva (...). (Idem, 2006[1929]:33 – itálicos originais)

Pelo prisma do referencial bakhtiniano é possível visualizar uma perspectiva diversa para o discurso jornalístico. É importante destacar que esta análise não defende uma negação à presença de diversidades interpretativas, e mais especificamente, de ideologia na mensagem jornalística, e sim uma crítica a certa falta de clareza em sua conceituação. Parece haver certo sentido de *equivalência* entre os termos opinião e ideologia: o que não é *relato* (descrição do fato), é *opinião* (que, neste prisma, estaria carregada de *ideologia*, em um conceito restrito, vinda das concepções pessoais, pressões mercadológicas, entre outras). E mesmo quando considerado que a simples descrição é impossível – ou seja, que a ideologia está implícita ao discurso – a proposta é que se estudem mecanismos para burlá-la, superá-la, controlá-la, o que indicia haver um componente valorativo de *negatividade* atrelado à noção de ideologia.

Na arquitetura bakhtiniana, no entanto, a ideologia é *constitutiva* da linguagem, não pode ser dela descolada, é-lhe natural. A ideologia é, pois, materialidade, não está circunscrita à consciência do sujeito do discurso – ou do jornalista –, não é indesejada ou perniciosa, não precisa (e nem pode) ser superada, não é opcional e, especialmente, não se opõe à verdade. A constitutividade da ideologia no signo se interpõe à idéia da consciência que tudo determina. Tal visão da consciência como determinante da existência, situada acima dela, só é possível para o idealismo: nele, a consciência é *tudo*. Já no

psicologismo, a consciência se reduz a simples conglomerados de reações psicofisiológicas: *é nada*.

O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, *que a própria consciência só pode surgir e se firmar como realidade mediante a encarnação material em signos*. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior, de natureza não material e não corporificada em signos.(...) Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. (Idem, 2006[1929]:34 – itálicos originais)

Essa relação responsiva encadeada expõe a materialidade do *outro* na enunciação de forma ativa, participante, como *co-enunciador* da elocução – já que participa de sua significação e a ele o discurso é dirigido, ligando-se, pois, aos elos precedentes e subseqüentes da comunicação discursiva. Assim, papel do *outro* não é o de decodificar mensagens, mas *constitutivo da relação de enunciação*, um papel responsivo-ativo – papel este negado ao receptor na relação com emissor da mensagem na teoria jornalística comumente em vigor. Penso ser necessário rever, inclusive, essa concepção em termos de nomenclatura: antes de receptores, o jornalismo deveria considerar seus *interlocutores*. A interlocução é língua viva, cíclica, múltipla de vozes que percorrem o discurso – e não uma via de *mão-única*. Assim, se está posto, para o jornalismo, que há sempre *alguém a quem dirigir* o discurso – pois o jornalismo sempre subentende um público –, falta, no entanto, compreender melhor esta relação.

Os outros, para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo o enunciado se

elabora como para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário. (BAKHTIN, 2003[1979]:301)

É importante reiterar que os conceitos jornalísticos aqui discutidos não são os únicos inscritos no complexo referencial da área, mas são, porém, tidos como básicos e, desse modo, certamente abordados em algum ou vários momentos da graduação em jornalismo – ou seja, fazem parte, de diversas maneiras, da constituição do egresso, de suas apropriações de sentidos/significações. Além disso, como já citado, tais concepções são recorrentes nos manuais de redação dos jornais, o que significa que fazem parte, também de alguma maneira, do ideário da profissão.

Assim, torna-se imprescindível ressaltar a importância de questionar as premissas assumidas na teoria jornalística, de indagar, sob um prisma mais coerente à característica de função social e ao dinamismo do jornalismo, a quem *realmente* se dirigem os enunciados, e quais as relações dialógicas estabelecidas, levando-se em conta a materialidade de discursos e sujeitos e a visão da comunicação como um processo vivo, cuja constituição é concreta, social e histórica.

A palavra (em geral qualquer signo) é interindividual. Tudo o que é dito, o que é expresso se encontra fora da “alma” do falante, não pertence apenas a ele. A palavra não pode ser entregue apenas ao falante. O autor (falante) tem os seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos; têm também os seus direitos aqueles cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono). A palavra é um drama do qual participam três personagens (não é um dueto mas um trio). Ele não é representado pelo autor e é inadmissível que seja introjetado (introjeção) no autor. Se não esperarmos nada da palavra, se sabemos de antemão tudo o que ela pode dizer, ela sai do diálogo e se coisifica. (BAKHTIN, 2003[1929]:328)

Sendo a objetividade jornalística hegemônica na prática – ou, antes, no ideário da profissão –, esta representa um desejo de transparência crível, um ideal que é a expressão do modelo informativo jornalístico (notícia). Portanto, o conjunto de estratégias que se constituem como técnicas redacionais jornalísticas têm por meta a exigência do apagamento da alteridade do jornalista, marcas textuais essas

que refletem o modelo noticioso como composto de tipos relativamente estáveis de enunciados, que reflexionam certas características e fins comunicativos do jornalismo, envolvendo desde o estilo verbo-lexical à estruturação textual. Assim, o *todo das escolhas* enunciativas do jornalismo está marcado por sua técnica discursiva e pela importância do contexto comunicativo, que participa da constituição do repertório disposto na enunciação das mensagens.

É nessa visão que se encaixam, por exemplo, os critérios de valor-notícia (o que noticiar?), os critérios de relevância (quais elementos da notícia enfatizar/esquecer?), a estruturação do texto noticioso em termos de pirâmide invertida, as escolhas lingüísticas, a busca pela concisão.

Bakhtin marca esferas discursivas do uso da linguagem enquanto gêneros primários – relação dialógica corriqueira, cotidiana –, e secundários, que se utilizam de códigos culturais elaborados, como a escrita, por exemplo. Seria este o locus da enunciação jornalística, sem, no entanto, estancar as duas esferas, que são intercambiáveis, modificando-se e complementando-se: a enunciação cotidiana pode adentrar ao jornalismo, como efetivamente o faz, e vice-versa.

Todos e tais fatores, em construção, concorrem para a identificação o gênero jornalístico entre/pelo público. No ideário historicamente constituído da relação jornalismo-sociedade, na busca pela credibilidade e a intenção de *ser e parecer verdadeiro*, há pouco espaço às manifestações subjetivas do jornalista, algo característico deste gênero que, segundo Bakhtin, sempre corresponde a um determinado estilo.

É necessário, porém, ao jornalismo, superar a visão funcionalista da linguagem, compreendendo que o *efeito pretendido* das mensagens não é passível de controle, e que a significação do discurso jornalístico é permeada por diversos elementos que interferem em sua apropriação. Porém, é preciso salientar que não há, na percepção aqui pretendida, contradição entre o compromisso e responsabilidade do discurso jornalístico e sua não-objetividade, nos moldes preconizados pela teoria do jornalismo. Ou seja: a impossibilidade dessa objetividade não atrapalha, não impossibilita e nem exime o jornalista do trabalho consciencioso e ético. Ao contrário, esta discussão, ao negar o mito da objetividade jornalística, pretende estabelecer uma *relação de familiaridade entre o jornalista, o processo de produção e o produto de seu trabalho* – que é o texto/discurso jornalístico –, subsidiando seu melhor entendimento – ou, se preferível de outro modo, o entendimento do que este discurso *não é*.

À visão da objetividade enquanto conjunto de técnicas que, simplesmente por si mesmas, estabelecem uma indiscutível garantia de verdade ao discurso jornalístico, resta intrinsecamente atrelada uma relação de *auto-alienação* do trabalho jornalístico. Como já abordado nesta pesquisa, pela perspectiva marxiana, o trabalho é o mecanismo pelo qual o homem domina a natureza, transformando-a, e, assim, criando/recriando suas condições concretas de existência social. Dessa forma, o trabalho não apenas cria objetos, mas também se produz/reproduz, a si mesmo e ao próprio trabalhador, constituindo-o. É esta atividade vital enquanto objeto da vontade e consciência do homem que o distingue dos animais; porém, o *“trabalho alienado inverte a relação, pois o ser humano, sendo um ser autoconsciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência.”* (MARX, 1844³⁶ – grifos do autor).

Se a mera técnica, com caráter determinista de seu resultado, é lançada nessa relação, certamente colabora na objetivação do processo de produção da notícia, apartando o jornalista do produto de seu trabalho e coisificando a enunciação.

Consideremos, agora, o ato de alienação da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos: 1) a relação do trabalhador com o produto do trabalho como um objeto estranho que o domina. Essa relação é, ao mesmo tempo, a relação com o mundo exterior sensorial, com os objetos naturais, como um mundo estranho e hostil; 2) a relação do trabalho como o ato de produção dentro do trabalho. Essa é a relação do trabalhador com sua própria atividade humana como algo estranho e não pertencente a ele mesmo, atividade como sofrimento (passividade), vigor como impotência, criação como emasculação, a energia física e mental pessoal do trabalhador, sua vida pessoal (pois o que é a vida senão atividade?) como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele e não pertencente a ele. Isso é auto-alienação, ao contrário da acima mencionada alienação do objeto. (MARX, 1844)

Tendo por base os questionamentos até agora expostos, torna-se patente, portanto, que o modelo simplesmente transmissivo da mensagem jornalística não é aceitável. Para Barbero (1995), tal modelo mecânico da comunicação deve ser entendido

(...) como sendo aquele em que não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios. É o

³⁶ Obra em formato eletrônico – online.

modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nele, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já estava concluído. Ele leva a uma confusão epistemológica muito grave. Estaríamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem com o sentido do processo e o das práticas de comunicação, como também reduzindo o sentido destas práticas na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem. Seria entender todo o processo com base nesse significado, no qual se encontram as intenções do emissor e suas expectativas quanto ao receptor que o espera. Essa concepção confunde o sentido dos processos de comunicação na vida das pessoas com o significado dos textos, das mensagens, ou mesmo da linguagem dos meios. (BARBERO, 1995:40-41)

De mesmo modo, a não-conceituação de ideologia nas teorias jornalísticas abordadas também se mostra problemática, assim como são problemáticas as acepções assumidas em relação ao que é realidade/verdade, e como *retratá-la*. De acordo com Medistch (1997), se for plenamente assumido o conceito bakhtiniano de que todo enunciado que se refere à realidade, ao refleti-la, também a refrata, a forma de conceber o *real* se modifica completamente, pois na visão tradicional do jornalismo,

(...) procura-se distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado. Falar de “a verdade”, enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo o sentido. Mais apropriado será se falar no adjetivo, no enunciado “verdadeiro”. E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira. (MEDITSCH, 1997:5)

A dimensão do real só poderia ser compreendida, portanto, no emaranhado de vozes, mediadas pelos contextos, em que se constroem as relações sociais, profissionais, de classe, de vida, todas permeadas pela ideologia. A cada espaço, novos papéis são assumidos, e cada momento, deslocam-se. As relações de poder hegemônicas presentes no jornalismo são, também, constitutivas das esferas sociais mais amplas; porém, em suas especificidades, recobrem-se de sentidos que só podem ser compreendidos numa dinâmica de singularidade que é, entretanto, fruto da coletividade, da interação social, das posições de discurso, dos

sentidos partilhados, da constituição histórica, em cujo conjunto se reflete e refrata a realidade circundante. Veículos de comunicação, jornalistas, editores, leitores, falam de lugares demarcados e constituídos histórica e socialmente, pautados nas especificidades e generalidades: porém, estando em relação no campo da comunicação social, participam de uma mesma comunidade semiótica, por sua vez também ocupando determinada posição discursiva.

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. Os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter. *Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados pelos quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva.* Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. *Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem condicioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.* (BAKHTIN, 2003[1979]:297, itálicos meus)

Ao se sobrepujar a visão da ideologia apenas em termos de juízo de valor, ou como circunscrita e condicionada ao jornalismo, esta deixa a condição de *patologia* da área para ser corretamente alocada como constitutiva das relações sociais concretas e historicamente constituídas, num movimento que possibilita, em contrapartida, uma melhor compreensão de sua especificidade na área jornalística. Não se trata, pois, simplesmente de estabelecer uma polarização entre “*apocalípticos e integrados*”, como indicava Eco (1993)³⁷, mas, em suma, *de entender a posição do jornalismo e sua função inserido nas relações concretas que produzem e reproduzem a materialidade social*, posição esta construída e

³⁷ Na célebre polarização proposta por Umberto Eco (1993), a discussão do jornalismo se divide entre aqueles que o compreendem enquanto deformador da consciência por meio de mecanismos de manipulação e alienação do público – os *apocalípticos* –, ao passo que os *integrados* veriam na mensagem jornalística um papel social integrador, de importância na manutenção da própria sociedade.

herdada historicamente. Qualquer análise que se pretenda da área jornalística, de suas teorias, de sua práxis, ou de quaisquer elementos a elas relativos, não podem se desarticular de sua esfera constitutiva. Apenas e tão somente sob esta ótica é possível discutir o jornalismo enquanto fenômeno contemporâneo que opera, conseqüentemente, numa esfera de preponderância do modelo capitalista – assim como indagar sobre quais as relações continuamente constituídas entre jornalismo e sociedade, aqui designadas como *formativas/educativas*.

2. VISITANDO O CONHECIMENTO

(...) o que é, exatamente, conhecer? O que me autoriza a afirmar que efetivamente conheço alguma coisa? Quem me garante que o que eu sei (ou acho que sei) corresponde à realidade? (...) O fato de vermos as coisas com muita clareza não assegura que elas sejam tais como as vemos. (KONDER, 2002:15-16)

Se há, na perspectiva desta pesquisa, pretensão em discutir a inserção do jornalismo como participante da complexidade das relações sociais que forjam a realidade material, e de postular uma *nítida importância desta área como coadjuvante na constituição dos sujeitos*, ou seja, possuidora de uma dimensão intrínseca constitutiva educativa/educadora, é necessário debater que tipo de conhecimento é passível de ser reconhecido como produzido pela atividade jornalística e a sua validade, para com isto compreender a dimensão educativa, aqui postulada – que considera como possibilidade educadora o compatilhar/disseminar do conhecimento³⁸.

No que diz respeito ao conhecimento como forma geral de construção, é possível afirmar que seu desenvolvimento sempre esteve atrelado, historicamente, à própria existência do homem, na medida em que a necessidade da luta pela sobrevivência dos povos primitivos foi-lhe elemento impulsionador. O domínio inicial da natureza, por meio do trabalho e da habilidade de conhecer e transmitir conhecimento, estendeu-se, gradativamente, às demais esferas da sociabilidade humana, conforme esta mesma sociabilidade foi se desdobrando.

Na ontologia marxiana, como já referido aqui, é o homem autor e obreiro do mundo, e todos os produtos materiais e subjetivos que se constituem nas relações sociais humanas – o conhecimento inclusive – são também constitutivos das mesmas relações. Obviamente, a evolução do conhecimento, seu acúmulo/disseminação e seu ininterrupto processo de construção/reconstrução, afetaram e permanecem incidindo na modificação das relações sociais, que ao se transformarem, modificam novamente o conhecimento, num movimento material e dialético.

Se, nos primórdios civilizacionais, a busca pelo conhecimento traduzia-se pela apreensão do sensível, da aparência do cotidiano e do imediatamente

³⁸ A concepção de educação assumida por este trabalho está abordada de forma mais abrangente no 3º capítulo da presente pesquisa.

experienciável, o surgimento de métodos organizados de interpretação dos significados atribuídos aos fenômenos do mundo – ou seja, o que chamamos *ciência* – foi um desdobramento natural do esforço humano de compreensão, de criação de representações significativas da realidade. A ciência, portanto, constituiu-se numa evolução e ao mesmo tempo ruptura com o conhecimento sensório e a-metódico, um movimento de negação ao conhecimento superficial. Por esta linha de pensamento, não é difícil compreender a insistência de inúmeros discursos, por parte de incontáveis pesquisadores, em marcar a indispensabilidade do *rigor* na constituição do conhecimento científico, assim como são igualmente numerosos os modelos de apreensão da realidade construídos ao longo da história humana: a questão do método sempre acompanhou a busca da verdade.

É ilustrativo desta diversidade, por exemplo, o resgate histórico de Martins (2004) sobre o padrão de cientificidade sustentado no período moderno. De acordo com o autor, era característica deste período

(...) a crença de que o mundo é constituído e se desenvolve de acordo com uma racionalidade, e que é possível ao homem compreender esse desenvolvimento e nele intervir, se conseguir captar os princípios fundamentais, as leis que regem seu funcionamento.

Admitindo-se a racionalidade como algo marcante na realidade moderna, diferentes modelos explicativos surgiram, objetivando desvelar o processo de desenvolvimento do mundo natural e social. Todos estes paradigmas buscam dar conta da dinâmica do ser social, isto é, sua gênese, desenvolvimento, esgotamento e superação. O idealismo, o materialismo mecanicista, o positivismo, o neopositivismo, o materialismo histórico e dialético, a fenomenologia e a hermenêutica são exemplos destes modelos, que se gestaram procurando elucidar os mecanismos de funcionamento da realidade.

(MARTINS, 2004:13)

Obviamente, estes paradigmas teórico-metodológicos carregam entre si grandes diferenças, atreladas, por exemplo, às visões ontológicas particulares e às marcas de seus períodos históricos de surgimento/desenvolvimento. Como ilustrativo dessa assertiva, o autor lembra o caso, por exemplo, dos neopositivistas do Círculo de Viena:

Marcados pelo progresso das ciências naturais e pelo insuperável conflito na relação entre as diferentes correntes filosóficas, caracterizaram-se por tentar demarcar o campo da cientificidade pelo critério da verificação lógico-empírica,

advindo do método da matemática (logicismo) e das ciências da natureza (empirismo). Para eles, toda e qualquer proposição que não fosse comprovada segundo aquele critério deveria ser descartada do âmbito da ciência e tida como não portadora de conhecimento verdadeiro. Daí identificarem a filosofia como uma pseudo-ciência, além de descartarem todas as proposições “metafísicas”, isto é, aquelas que fugissem do critério da verificabilidade lógico-empírica. (MARTINS, 2004:14, aspas originais)

Tais considerações são pertinentes na compreensão de que, ainda hoje, em muitas esferas, o credenciamento do conhecimento enquanto ciência é sustentado pelo critério lógico-empírico. Esta, obviamente, não é uma visão única, porém permeia significativa parte dos saberes ditos científicos, particularmente em sua feição de tradição intelectualista/racionalista. A metodologia da apreensão científica dos fenômenos, descrita, por exemplo, por Lakatos & Marconi (1991), sublinha que a cientificidade tem por características a *sistematização* – no sentido de ser um saber logicamente ordenado, moldando um sistema de idéias (teoria) – e a *verificabilidade*, ou seja, ao âmbito da ciência caberiam apenas as afirmações/hipóteses empiricamente comprováveis. A estas características somar-se-iam a busca pelos ideais da *racionalidade*, da *objetividade* e da *neutralidade* científicas.

A investigação científica se inicia quando se descobre que os conhecimentos existentes (...) são insuficientes e imponentes para explicar os problemas e as dúvidas que surgem. (...) Nesse sentido, iniciar uma investigação científica é reconhecer a crise de um conhecimento já existente e tentar modificá-lo, ampliá-lo ou substituí-lo, criando um novo *que responda à pergunta existente*. (...)

O ideal da racionalidade está em atingir uma sistematização coerente do conhecimento presente em todas as suas leis e teorias. (...) A ciência, no momento em que sistematiza as diferentes teorias, procura uni-las estabelecendo relações entre um e outro enunciado, entre uma e outra lei, entre uma e outra teoria, entre um e outro campo da ciência, de forma tal que se possa, através dessa visão global, perceber as possíveis inconsistências e corrigi-las. (...)

Essa verificação da coerência lógica entre os enunciados, ou entre teorias e leis, é um dos mecanismos que fornece um dos padrões de aceitação ou rejeição de uma teoria pela comunidade científica: os padrões da verdade sintática. *Os enunciados científicos devem ser isentos de ambigüidade e de contradição lógica*. É uma das condições necessárias, embora não suficiente.

(...) O ideal da objetividade, por sua vez, pretende que as teorias científicas, *como modelos teóricos representativos da realidade, sejam construções conceituais que representam com fidelidade o mundo real, que contenham*

imagens dessa realidade, que sejam "verdadeiras", evidentes, impessoais, passíveis de serem submetidas a testes experimentais e aceitas pela comunidade científica como provadas em sua veracidade. Esse é o mecanismo utilizado para avaliar a verdade semântica. (LAKATOS & MARCONI, 1991:31-32, itálicos meus)

Nesta visão, portanto, ainda que estes modelos científicos reconheçam a falibilidade do conhecimento produzido, esta se dá no sentido de admitir que novas proposições e novas técnicas substituam as anteriormente existentes, em novas construções que irão *responder às perguntas formuladas*, até que outras técnicas permitam novas proposições, ciclicamente. O abandono de uma teoria acontece quando há uma alternativa melhor: uma outra teoria tecnicamente mais moderna. Com isto, o conhecimento agrega um sentido de *utilidade* – é ciência aquilo que permite, inequivocamente, *respostas seguras às perguntas*. Assim, as formulações verificáveis, produzidas a partir de critérios experimentáveis que tencionam descrever a realidade do mundo de forma objetiva, determinam a eliminação de subjetividades e individualidades, buscando elementos estáveis, superação de controvérsias e, finalmente, o consenso.

Sem qualquer meta de decair em polarizações, a intenção deste breve comentário é apenas de sublinhar que há diferentes formas, válidas em suas particularidades, de olhar a realidade – haja vista, por exemplo, a enorme distância entre as proposições para a construção da ciência ora expostas, e a visão do conhecimento, aqui defendida e já debatida, como relacional, processual, histórico e resultante, assim como construtor, das relações sociais concretas. De mesmo modo, há também, certamente, um objetivo claro em trazer esses diferentes olhares à tona em minha análise: este se liga à discussão sobre a questão da objetividade da/na ciência, a qual considero, dada a temática do presente trabalho, bastante pertinente.

Esclareço: na linha da garantia do debate científico enquanto saber rigorosamente obtido, válido e adequado a ser aceito indistintamente, estão as concepções de objetividade e neutralidade da ciência, incorrendo na mesma falácia imposta ao rigor jornalístico. Ou, melhor dizendo, é deste mesmo ideário aplicado à ciência dita *pura* que descende a propalada rigorosidade objetiva na apreensão da realidade pelo jornalista³⁹, na visão da objetividade como, diria, a *forma científica* de se fazer jornalismo. Porém, repetindo os termos já discutidos

³⁹ C.f. subcapítulos 1.1. e 1.2. desta dissertação.

aqui para a área jornalística, também estas supostas objetividade e neutralidade da ciência caem por terra em face à impossibilidade de tudo perceber e de tudo enquadrar, na dinâmica própria das relações sociais.

Empirismo, racionalismo e positivismo, por exemplo, podem ser vistos, todos, como propostas epistemológicas totalizadoras que – independente da discussão sobre sua validade – visavam utilizar a via do método para a apreensão do mundo de maneira única, final e determinante. Esta mesma lógica é captada na visão objetivada do jornalismo, que se demonstra, em termos de sua construção, bem ao gosto das proposições comteanas⁴⁰. Ou mesmo das de Émile Durkheim⁴¹ (1995), na medida em que este teórico, apesar de alertar que a simples aplicação do método científico não seria suficiente para o (re)conhecimento das ciências sociais – já que ele considera a existência de pré-noções e categorias implícitas ao trabalho do pesquisador, que lhe poderiam turvar a compreensão da *realidade objetiva* – prossegue, porém, recomendando o esforço do cientista em evitar as deformações advindas de simpatias e antipatias, num movimento mecânico de separação entre ética, técnica, fato e consciência, tal qual o ditado aos jornalistas⁴².

Com efeito, uma sensação é tanto mais objetiva quando o objeto, ao qual ela se dirige, tenha maior fixidez; pois a condição de toda objetividade está na existência de um ponto de sinalização, constante e idêntico, ao qual a representação possa ser dirigida e que permite eliminar tudo aquilo que seja variável, portanto subjetivo. (...) Por fora dos atos individuais que suscitam, os hábitos coletivos se exprimem sob formas definidas, regras jurídicas, morais, ditas populares, fatos de estrutura social, etc. Como essas formas existem de uma maneira permanente, (...) elas constituem um objeto fixo, um padrão (*étalon*) constante que está sempre ao alcance do observador, e que não dá lugar às impressões subjetivas e às observações pessoais (...). Quando (...) o sociólogo tenta explorar uma ordem qualquer de fatos sociais, deve se esforçar de considerá-los por onde eles se apresentam isolados de suas manifestações individuais (...). (DURKHEIM, 1995[1895]:44-45).

Esta objetividade que se manifesta em termos da apreensão estática e final – por meio da neutralização pelo método – da realidade enquanto objeto

⁴⁰ Auguste Comte, filósofo francês, principal autor do Positivismo, ciência que se baseia na experiência, dados sensíveis e nos fatos positivos, obtidos por meio do método, para o conhecimento da verdade. Dedicou-se, portanto à sistematização das ciências, sendo-lhe mais complexa a posituação das ciências sociais.

⁴¹ DURKHEIM, Émile [1895]. *As regras do método sociológico*. Trad. M.I. de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

⁴² C.f. especialmente subcapítulo 1.2. do presente trabalho.

cognoscível e isolado, nos moldes preconizados pelas ciências positivas e também pelo jornalismo, não é, certamente, a mesma objetividade citada, por exemplo, por Saviani (1995). Para ele, a *objetividade* do saber não denota *neutralidade* do saber, ao contrário: a neutralidade é uma questão ideológica, enquanto que a objetividade teria cunho gnosiológico.

Importa, pois, compreender que a questão da neutralidade (ou não neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto que a objetividade (ou não objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. Por aí se pode perceber que não existe conhecimento desinteressado; portanto, a neutralidade é impossível. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade da objetividade. Com efeito, se existem interesses que se opõem à objetividade do conhecimento, há interesses que não só não se opõem como exigem essa objetividade. É nesse sentido que podemos afirmar que, na atual etapa histórica, os interesses da burguesia tendem cada vez mais a se opor à objetividade do conhecimento encontrando cada vez mais dificuldades de se justificar racionalmente, ao passo que os interesses proletários exigem a objetividade e tendem cada vez mais a se expressar objetiva e racionalmente. É fácil de se compreender isso uma vez que a burguesia, beneficiária das condições de exploração, não tem interesse algum em desvendá-la, ao passo que o proletariado que sofre a exploração tem todo o interesse em desvendar os mecanismos dessa situação que é objetiva. (SAVIANI, 1995:62)

Ou seja, para Saviani, a objetividade refere-se à queda de máscaras: trata-se de debater situações objetivas, do real interesse em *desvendar*, inclusive, os mecanismos de dominação, pois o conhecimento é sempre interessado, uma vez que é produzido e reproduzido nas e pelas relações sociais, em sua concretude e contradições. E, certamente, a detenção dos processos do conhecimento é uma relação de poder historicamente constituída, já que a propriedade sobre o saber sempre gerou dominantes e dominados. De forma relacionada, é possível que esta mesma complexidade encerre a gênese do propalado poder atribuído ao jornalismo.

Nessa linha, ressalta Martins,

O processo de construção da realidade (...) passa a ser visto como um todo complexo de ações, que se movimenta articulando várias dimensões em seu interior... Como este

processo de construção do real não se faz sem uma visão de mundo que a sustente e nem, muito menos, abdicando do conhecimento, que é necessário à existência humana, pode-se dizer que a ontologia, a gnosiologia e a axiologia encontram-se profundamente imbricadas e mantêm entre si relações recíprocas de dependência e determinação. O que significa dizer que nenhuma teoria do conhecimento e ontologia, por mais idealistas e céticas que sejam, podem se considerar a-moral ou a-política, isto é, neutras ética e politicamente, pois estão profundamente envolvidas com as atividades humanas que constroem o mundo tal qual é. Se o mundo teve configurações específicas, só o teve porque os indivíduos comportaram-se em seu interior orientados em suas ações individuais por normas de “dever ser” e em suas ações coletivas por determinadas relações de poder. *Não há paradigma científico ou filosófico que não seja resultado das relações sociais travadas em determinado contexto social, assim como não existe contexto social que não tenha as suas relações de poder e suas orientações morais marcadas pelos modelos científicos e filosóficos.* (MARTINS, 2004:13-14, itálicos meus)

Resta certo, portanto, que o conhecimento é materialidade, organicamente vinculado às práticas sociais, e que as semelhanças aqui apontadas entre os saberes científico e jornalístico devem-se, penso, ao fato de ambos serem elementos, formas ou *tentativas* de apreensão e disseminação das (necessariamente) múltiplas realidades dos contextos sociais – além de ser o modelo de pesquisa jornalística, obviamente, constituído a partir da ciência, e não autonomamente. Dessa maneira, o estabelecimento de uma crítica sobre qualquer forma de geração ou propagação de conhecimento, seja produto da ciência propriamente dita – e, de modo similar, do meio jornalístico – incide sobre a separação arbitrária entre seus processos e a complexidade do real, num movimento reducionista imbuído do equívoco de que este *afastamento* produziria uma maior confiabilidade para cada fato passível de ser conhecido. A objetividade discutida por Saviani não afasta: ao contrário, recomenda o desvelamento crítico das diversas realidades.

Além disso, é necessário ressaltar e assentar a dimensão constitutiva de *parcialidade* atrelada ao conhecimento, pois acreditá-lo completo seria o mesmo que afirmá-lo limitado, encerrando-o num espaço fechado e estanque que ignora a dinâmica das transformações/evoluções do mundo e das pessoas, num movimento inter-relacionado, processual e histórico – não confundido com um relativismo absoluto, em cujo conceito recai o gosto da ciência dita pós-modernista.

Ainda recorrendo à fala de Saviani, é pertinente entrever o jornalismo, porém, enquanto gênero do discurso demarcado socialmente: penso que em certos aspectos, como já dito aqui anteriormente, a objetividade imposta à área jornalística pelas marcas da técnica estilística pode ser considerada até necessária, levando-se em conta o *lócus* de onde fala o jornalismo enquanto gênero discursivo e sua interação com a sociedade. Porém, acredito que o conceito de objetividade esteja um tanto deslocado no ideário da área, pois não parece ser esta – a de gênero do discurso complexo – a forma como o jornalismo se vê. Assim, a discussão sobre a citada objetividade é, a meu ver, mais pertinente em termos de sua necessidade e adequação à *redação da notícia*, do que em termos da *apreensão* dos fatos jornalísticos.

A suposta *realidade* não é única, e nem se presta simplesmente a ser neutralizada por uma técnica ou método – seja científico ou jornalístico – e absorvida, pois a percepção é, fundamentalmente, um ato interpretativo: conhecer é sempre perspectivo e seletivo, construtivo e constitutivo, reflexivo e refrativo. E estas esferas, penso, não podem ser marcadas como invalidades do conhecimento: antes, representam o que concorre exatamente por sua necessária complexificação.

2.1. E o que conhecer?

De forma essencial, há que se sublinhar a existência de uma relação de dessimilaridade intrínseca de objeto entre os estudos das ciências ditas da natureza e das ciências humanas, como apontado por Bakhtin (2003, p.332): “*O espírito (o próprio e o do outro) não pode ser dado enquanto objeto (objeto diretamente observável nas ciências naturais), mas somente na expressão que lhe dará o signo, na realização que lhe dará o texto – em se tratando de si mesmo ou do outro.*” Ou seja: enquanto os saberes naturais preocupam-se com objetos – e objetos mudos, ressalto – as ciências sociais estabelecem uma conexão sujeito-sujeito, ou entre *o pesquisador e seu outro*, no dizer de Amorim (2002).

Este talvez tenha sido um dos maiores impactos possibilitados pelo fazer desta pesquisa: a modificação de meu olhar, de minha percepção quanto à relação com meu objeto: um *objeto-sujeito*, e sujeitos que falam, agem, significam,

transformam-se. Portanto, tudo o que diz respeito ao homem diz respeito aos seus signos, ou seja, possui uma dimensão simbólica. Pesquisar este homem simbólico, que foi se fazendo a si próprio à medida em que construiu instrumentos e signos, é entender que sua existência, compreensão, consciência, até sua auto-percepção e manifestação enquanto homem, se constituem em signos.

Nesta perspectiva, a ação do homem não é meramente física, não sendo possível apenas observá-la como se fosse um fenômeno da natureza, pois toda ação humana deve ser interpretada como *atitude*, influenciando nela seu contexto, momento, posição... tudo o que dá sentido a ela tanto do ponto de vista da sociedade e do próprio indivíduo, sendo portanto imprescindível entendê-lo constituído cultural e historicamente em suas relações sociais.

E como podemos ter acesso a esse homem senão por uma relação dialógica? O que permeia as ciências humanas, por toda parte, é o discurso. Isto implica que, metodologicamente, a pesquisa se dá entre sujeitos, e não sujeito-objeto. E só os objetos podem ser explicados: os enunciados têm que ser compreendidos, analisados.

Não interrogamos a natureza, e ela não nos responde. Interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta. Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e devemos tentar compreender sua significação. O que nos interessa aqui são as formas concretas dos textos e as condições concretas da vida dos textos, sua interdependência e sua inter-relação. (BAKHTIN, 2003[1979]: 341)

Isto equivale dizer que falar sobre a natureza não modificaria a natureza; porém, falar *com e sobre* o homem modifica o homem. E, por se constituir numa relação eminentemente dialógica, a alteração se dá em esfera dupla: alteram-se pesquisador e pesquisados. Trata-se, pois, de uma relação de sentidos, na qual múltiplos enunciados se confrontam, sendo negados, acatados, reelaborados. É nesta visão que se compreende a ressalva de Bakhtin (2003) quanto ao monologismo das ciências naturais:

As ciências exatas são uma forma monológica de conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito: aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele, há a *coisa muda*. Qualquer objeto do conhecimento

(incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido a título de coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (BAKHTIN, 2003[1979]: 403 – itálicos originais)

Decorre, portanto, que a palavra, em sua função de signo, representa uma esfera privilegiada de manifestação da vida humana, sendo assim a palavra expressão do pensamento e do conhecimento humanos. Desse modo, as ciências sociais se organizam em função da produção sócio-cultural do homem, com o enunciado consistindo no ponto de partida da pesquisa, reunindo tudo aquilo o que já foi dito a respeito do homem (enunciado social, externo), e tudo aquilo que ele mesmo pode dizer de si (fala própria, interna). Ambas as esferas de enunciação constituem-se e reconstituem-se mutuamente, pois *“o ser da expressão é bilateral: só se realiza na interação de duas consciências (a do eu, a do outro); (...) é o campo de encontro de duas consciências, a zona do contato interior entre elas.”* (BAKHTIN, 2003, p.396). Torna-se mais claro, portanto, compreender que significação não se encerre na palavra mesma, mas esteja atrelada às condições da interlocução e que se construa/reconstrua na interação.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). (...) Um importante problema decorre daí: o estudo das relações entre a interação concreta e a situação extralingüística – não só a situação imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo. (...) A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006[1929]:128, itálico original)

(...) o texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre textos (entre enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (...), entre os elementos abstratos desse texto (...). Por trás desse contato, há pessoas e não coisas (...). (BAKHTIN, 2003[1979]:405, aspas originais).

No âmbito de pesquisadores e pesquisados – e de jornalistas e suas fontes/entrevistados, e de seus públicos – estão presentes múltiplas vozes, cujo

ecoar não é apenas reflexo de suas consciências individuais, mas revelação de construções também sócio-coletivas ininterruptas, manifestadas na materialidade de palavras, gestos e silêncios, e marcadas pelos lugares de onde são proferidos os discursos – as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos na sociedade.

A primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação permitem-nos já colocar o problema do todo. O processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior quanto interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim. A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por *seu auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006[1929]:129 – itálico original)

2.2. (Re)conhecendo o conhecimento jornalístico

Se está assente, pois, que o conhecimento *do* e *sobre* o homem se (re)produz apenas na concretude das relações sociais mediadas pelos signos, pela palavra, pela enunciação, e sendo o texto-discurso a matéria-prima e o que dá sentido à atividade jornalística, deste ponto já decorreriam pistas sobre a possibilidade do jornalismo ser considerado como um tipo de produção de conhecimento. Obviamente, suas características intrínsecas imprimem a esta visão de conhecimento determinados aspectos.

Já há algum tempo, tem percorrido o campo da pesquisa em Comunicação a idéia de que o jornalismo, na materialização de seu fazer, participa, de maneiras específicas, da construção social da realidade. As discussões epistemológicas têm acontecido no sentido de entender o jornalismo não apenas enquanto prática – o que se esgotaria em sua própria ação de difundir o comumente chamado *real* –, mas como algo que cria e recria um tipo de conhecimento particular sobre o mundo com o qual atua/interage, e que atua/interage também com e sobre as pessoas desse mundo.

As concepções sobre a legitimação do resultado do trabalho jornalístico com/sobre a realidade e a sociedade caminham, atualmente, no sentido de discutirlo como produtor e constitutivo de uma *forma específica de conhecimento* (Park, 1970; Genro Filho, 1987; Meditsch, 1992, 1997 e 1998; Silva, 2003; Sponholz, 2007; Moretzsohn, 2007). De modo geral, os olhares do jornalismo enquanto conhecimento, embora divergentes em vários pontos, se dirigem ao pensamento da realidade como relações de saberes e institucionalizações que são produto das práticas cotidianas, e como são intensamente afetadas pelo jornalismo, viria dele uma potente fonte de configuração desses mesmos saberes. A esta visão, soma-se o caráter de produto lingüístico intrínseco ao jornalismo, fazendo dele, portanto, uma (re)construção da realidade. Desse modo, resultam noções de produção/reprodução das relações sociais às quais o jornalismo, por suas características, imprime complexidades inéditas. Já dizia Morin (1977), em seu *L'Esprit du Temps*, que o advento dos meios de comunicação de massa é fator de peso na – até aquele momento – inexistente *cultura de massa* que marcou o século XX.

Para Genro Filho (1987), o (que se convencionou chamar) senso comum – enquanto conhecimento geral e a-metódico do mundo –, a ciência, e também o jornalismo, são modos de representação do homem do *conhecer* de sua realidade. Para ele, o jornalismo não pode ser igualado ao primeiro, pois dele difere por não ser apenas perspectivo: é processo técnico de apreensão do real, já que há etapas de estruturação ancoradas em regras profissionais. De mesmo modo, também não pode ser igualado à ciência, já que a mesma se concentra na *universalidade* (ou seja, o conhecimento enquanto aplicável à explicação de eventos múltiplos ou, minimamente, repetíveis em termos de grupos), enquanto que o jornalismo se preocuparia com a *singularidade* dos acontecimentos.

Acerca desta temática, comenta também Sponholz,

O fato, porém, de que o jornalismo se concentra nesta categoria [*singular*] não significa que desta maneira não se possa adquirir conhecimento. Este tipo de conhecimento pode revelar aspectos da realidade que a ciência ignora ou considera irrelevantes. Quando um jornalista acompanha o dia-a-dia de um presidiário, por exemplo, e conta o que vivenciou, ele passa informações importantes para se entender o problema. (SPONHOLZ, 2007:9-10)

A pesquisadora ressalta, ainda, que por suas características individualizantes e sua preocupação com eventos singulares, o tipo de construção de conhecimento científico mais próximo ao produzido pelo fazer jornalístico é visto por determinados autores como comparado os estudos qualitativos em ciências sociais. Porém, esta aproximação, note-se bem, diz respeito apenas em termos da visualização do objeto de pesquisa particularizado, guardando-se as devidas proporções. Fabris (1981)⁴³, por exemplo, *apud* Sponholz (2007), afirma que:

Quando jornalistas se ocupam com acontecimentos sociais, noticiam sobre processos sociais e atores políticos e econômicos, eles praticam quase ciência social empírica. Eles se colocam em uma posição indireta de concorrência com as produções conhecidas da pesquisa social com relação à descrição e a interpretação de processos e atores sociais. (FABRIS *apud* SPONHOLZ, 2007:11 – texto original em alemão, tradução da autora)

Meditich (1997) levanta três possíveis olhares direcionados ao fazer jornalístico, que diferem ao lhe conferirem ou retirarem a validade enquanto conhecimento. Um deles o compara a uma ciência mal-feita, quando não perversa, cuja visão estaria arraigada na *determinação do método científico* como o único caminho aceitável para o saber. Desta forma, estando o jornalismo desenquadrado desta concepção, sua atividade não produziria um conhecimento válido e, antes, contribuiria para sua degradação.

Noutra concepção, o jornalismo é visto como uma ciência menor, uma das espécies de conhecimento com as quais pessoas e sociedade lidam simultaneamente em suas vidas concretas. Esta visão, entronizada pelo jornalista e sociólogo Robert Park⁴⁴ em 1940, define o jornalismo pelo viés do que ele possui de semelhante a outras ciências, e isto o diferencia no grau de profundidade que alcança comparativamente à História, por exemplo. Assim, o estudioso propõe a existência de uma gradação entre conhecimento cotidiano e conhecimento sistematizado/científico, pontuando o jornalismo num nível intermediário entre eles. Esta visão de *níveis de profundidade* do conhecimento, e também de *velocidade de produção* – significativamente maior no jornalismo, se comparado à pesquisa

⁴³ Fabris, H.H. *Objektivität und Parteilichkeit in den Sozialwissenschaften und im Journalismus. Publizist*, 26, 1981. 16-24.

⁴⁴ PARK, R. [1940]. A Notícia como Conhecimento: Um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Trad. Bras. IN: STEINBERG, C. (org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1970.

de cunho científico – tornou-se bastante popular entre os jornalistas para descreverem seu trabalho.

Já na terceira abordagem, o viés para a compreensão do trabalho jornalístico enquanto produtor de conhecimento válido centra-se em suas características particulares, únicas, e, desse modo, o jornalismo não revelaria nem mais nem menos sobre a realidade do que as ciências, mas revelaria *diferente*, sob outros aspectos – inclusive aqueles que o fazer jornalístico, por sua peculiaridade, teria melhores condições em revelar do que os demais modos de conhecer.

Este olhar de especificidade do jornalismo enquanto conhecimento descende, para Meditsch (1992, 1997), de alguns fatores. Dentre eles, o relativamente recente – em termos históricos – movimento de crítica à infalibilidade da Ciência dogmática como única verdade válida, permitiu *“a aceitação de outras verdades como eventualmente válidas e relativas, de acordo com os seus pressupostos e objetivos”*, demonstrando o caráter cultural e histórico de outras formas de conhecimento (1997, p.5).

De mesmo modo, também contribuiu para a nova visão do conhecimento o desenvolvimento da compreensão das linguagens, também elas, enquanto produtos históricos e culturais. Recuperando Bakhtin, Meditsch (1997, p.5) ressalta que *“(...) todo o enunciado que se refere à realidade, ao refleti-la de certa maneira, também necessariamente a refrata de certa maneira”*. Portanto, o autor procura rebater a idéia coisificada de *verdade* enquanto algo que se encontra deslocado do enunciado na apreensão da realidade, afirmando que:

(...) Mais apropriado será se falar no adjetivo, no enunciado “verdadeiro”. E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira. (MEDITSCH, 1997:5)

Meditsch (1992, p.54) aponta familiaridades e diferenças entre jornalismo e ciência: embora sejam, ambos, *“formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade industrial capitalista”*, as finalidades e usos que constituíram historicamente fez com que suas lógicas e metodologias se especificassem e diferenciassem.

A Ciência se transformou em as ciências e o Jornalismo, embora não tenha deixado de se especializar, não descartou o generalismo. Pelo contrário, encontra nesse generalismo uma de suas principais funções sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo. (MEDITSCH 1992:54-55, itálico original)

Além disso, Meditsch (1992) ressalta que, diferentemente da ciência, que parte de uma hipótese e se utiliza de meios de experimentação controlados baseados em sistemas teóricos, o jornalismo parte de uma pauta, que surge da observação não-controlada da realidade. O sistema de isolamento de variáveis é, então, substituído pelo ideal de apreender o fato de todos os pontos de vista relevantes, em termos de especificidade. *“Isso determina o limite da abstração possível no modo de conhecimento do Jornalismo e sua possibilidade de acumulação”* (1992, p.56). Assim, enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de fatos diferentes, procura estabelecer as leis da relação entre eles, o jornalismo teria sua força enquanto modo de conhecimento na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo o que a ciência forçosamente excluiu.

Sponholz (2007) concorda com Meditsch ao apontar que o jornalismo não é um tipo de conhecimento sistematizado da mesma maneira que a ciência, destacando que os jornalistas não partem de uma teoria científica: mas partem, todavia de hipóteses.

Como as teorias em jornalismo e ciência são diferentes, as hipóteses que resultam delas também o são.

Jornalistas têm uma idéia ou uma pré-opinião sobre aquilo que noticiam, antes mesmo de começar a reportagem. Isto não significa que estas idéias ou suposições possam ser igualadas com hipóteses científicas, já que estas são deduzidas a partir de teorias formuladas em relação a outras teorias ou estudos. Ou seja, a formulação de hipóteses na ciência é o resultado de uma acumulação de saber sobre o tema. No jornalismo, a acumulação é mais limitada e se refere sobretudo a informações reunidas sobre o assunto da pauta.

Em outras palavras, jornalistas desenvolvem hipóteses a serem testadas durante a reportagem (...), embora estas não possam ser retratadas como científicas. Estas suspeitas não vêm de uma teoria, mas sim das informações sobre o caso a ser investigado. Elas também são testadas de maneira diferente.

(...) Enquanto o cientista parte de uma base de informações na qual o objeto a ser observado recebe um conceito, é colocado em uma correlação clara com um determinado contexto e só então é analisado, o jornalista não dispõe das

condições que o permitiriam fazer isso, como por exemplo conhecimento específico ou tempo. (SPONHOLZ, 2007:10)

Desse modo, ganha força a tese do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento *diferente*, específico, com particularidades, limitações e expansões diante da ciência. Sponholz destaca que:

Semelhanças entre métodos científicos e jornalísticos só podem ser observadas em determinados aspectos. Os temas a serem pesquisados ou investigados precisam ser delimitados em ambos, para que a investigação ou pesquisa se torne possível. Os critérios para a delimitação, no entanto, se diferem. No jornalismo, são relevância, validade e compreensão (Haller, 1991: 20). O que é relevante para o jornalismo pode não ser para a ciência. Validade significa veracidade e é uma característica comum aos objetos científicos e jornalísticos. Compreensão se refere à abrangência e à precisão das informações para que o acontecimento e o seu contexto possam ser entendidos. Este critério varia em ambos os processos de conhecimento, já que o cientista trabalha com um público especializado e o jornalista, não. (SPONHOLZ, 2007:12)

Está assente, a esta altura deste debate, dados os temas abordados e discutidos, a capacidade do jornalismo em afetar as relações sociais, já que delas participa e contribui para construir/reconstruir. Num olhar apressado, a visibilidade dessa capacidade se daria, minimamente, nos termos da efetiva *disseminação* de enunciados advindos de esferas múltiplas, isto se considerássemos apenas o jornalismo como veículo que dispõe, em virtude de suas características, condições de alcance amplo, rápido e generalizado da sociedade.

É interessante notar, contudo, que, salvo as óbvias diferenças descritas, as três visões do jornalismo levantadas por Meditsch (1997) – e aqui anteriormente abordadas⁴⁵ – carregam uma mesma faceta que parece ter pouca visibilidade no ensino de graduação⁴⁶: a de que o fazer jornalístico não é apenas *disseminação*, mas também *construção/reconstrução* da realidade por meio do texto, ou seja, do texto-enunciado. “*O Jornalismo como produto dos sentidos da sociedade e produtor ele mesmo de sentido é, por contigüidade, uma prática social e uma manifestação cultural*” (SILVA, 2003⁴⁷). Para Genro Filho (1987, p.66), o

⁴⁵ Páginas 60-61 do presente trabalho.

⁴⁶ Haja vista a praticamente inexistente atenção que tal relação recebe nas obras básicas ao ensino de jornalismo, anteriormente citadas neste estudo.

⁴⁷ Texto em formato eletrônico - online.

jornalismo, assim como qualquer gênero de conhecimento, se constituiria duplamente "*como revelação e atribuição de sentido ao real*".

Enquanto gênero discursivo, o jornalismo constitui-se de enunciações, em cujas construções estão imbuídos diversos outros interdiscursos, engendrados pelos signos ideológicos assimilados e construídos em vários momentos das interações verbais. O discurso jornalístico não é individual, construindo-se tanto entre interlocutores que, por sua vez, são seres sociais, quanto pela relação com outros discursos. Isto porque, no dizer de Bakhtin,

(...) o enunciado sempre cria algo que, antes dele, não existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão do mundo, etc.). O *dado* se transfigura no *criado*. (BAKHTIN, 2003[1979]:348, itálicos originais)

Assim, o jornalismo é eminentemente dialógico, consistindo do permanente diálogo entre os múltiplos discursos que impregnam comunidades, sociedades, culturas. A palavra é perpassada pelos ecos da palavra do outro, impressos historicamente, e os discursos carregam o discurso de outrem.

Além dessa dimensão constitutiva inaparente, Bakhtin (2006) reconhece a existência de discursos diretos ou citados – cujas fronteiras seriam mais estáveis e reconhecíveis no texto –, discurso indireto e discurso indireto livre. O fazer jornalístico, por sua própria técnica, utiliza-se do discurso de outrem, de forma aparente, no discurso citado (entrevistas); porém, pela própria característica dialógica dos enunciados, as formas indiretas também estão presentes. Esta presença pode se tornar problemática no jornalismo quando determinados sentidos apropriados do discurso de outrem são, intencionalmente, apagados ou ressaltados no texto, objetivando reações *relativamente* controladas no receptor, isto porque os sentidos não dependem apenas da instância da elocução, são co-construções entre locutores, interlocutores, enunciações, signos internos e signos sociais. Porém, considerando-se a posição do jornalismo em termos de gênero discursivo, há que se considerar sua capacidade de afetamento.

A linguagem é dupla de sentidos, pois "*expressão comporta (...) duas facetas: o conteúdo (interior) e sua objetivação exterior para outrem (ou também*

para si mesmo). (...) todo ato expressivo move-se entre elas. (...) É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior (...)." (Bakhtin, 2006, p.115, grifos originais). Ou seja: há um sentido pretendido pelo enunciador, e aquele apropriado pelo interlocutor, e nesta interconstituição atua o contexto/situação/condição de enunciação.

Para Bakhtin,

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de alguém*, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. (...)

Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira, cabe-lhe contudo uma boa metade.

(...) Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. A individualização estilística da enunciação (...) constitui justamente este reflexo da inter-relação social, em cujo contexto se constrói uma determinada enunciação. *A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006[1929]:117, itálicos originais)

Então, quem se comunica, se comunica sempre *com alguém*, subentendendo um *outro*, co-partícipe da constituição de sentido. Mesmo que esta visão seja um tanto parcial para o jornalismo⁴⁸, a inteligibilidade do discurso é pretensão de grande validade para a área, em termos do cuidado no estabelecimento de compreensão recíproca e, de acordo com Silva (2003),

Concorrendo com outras formas/modos sociais de conhecimento mais prestigiados na nossa cultura, como é o caso do conhecimento científico, o Jornalismo não apenas reproduziria o conhecimento que ele próprio produz, como reproduziria também o conhecimento elaborado por outras instituições sociais; servindo, então, para conhecer e reconhecer. Mais do que *meio de comunicação* o jornalismo passa a ser considerado um *meio de conhecimento*; uma

⁴⁸ C.f. subcapítulo 1.2. deste texto.

importante e diferente via de acesso à realidade. (SILVA, 2003, *itálicos originais*)⁴⁹

Diferentemente da ciência, o objetivo de universalidade do jornalismo tem outra direção: a busca por uma transparência o mais coletiva possível em termos de linguagem, propiciando a circulação de saberes. Neste âmbito, é função do jornalismo a desmistificação do hermetismo e opacidade da linguagem científica, por exemplo, disseminando o que antes estava restrito apenas a auditórios específicos.

Assumindo este sentido, a atividade de divulgar a ciência configurada pelo jornalismo acaba por revestir-se de um caráter informativo e formativo, que visaria, no caso, diminuir o fosso entre o homem comum e o homem de ciência, o homem de cultura, o homem *educado* – o que, em tese, nos termos da organização capitalista da sociedade, concorreria para amenizar a dominação imposta pelas esferas mais privilegiadas pelo saber e, conseqüentemente, detentoras do poder.

Porém, é preciso considerar que informação, pura e simplesmente, não pode ser considerada conhecimento, pois este se baseia em inter-relação, e não em fragmentação. O aumento geométrico da informação disponível, nos últimos anos, não garante, por si só, diferenças qualitativas sensíveis na formação dos indivíduos. Para Moretzsohn (2007), o caminho para um jornalismo realmente transformador desse panorama se daria na ultrapassagem do senso comum, não em sentido de se constituir um conhecimento de cunho jornalístico-científico, mas em direção ao senso crítico. Assim, em lugar de apenas reproduzir o que noticiam em sua aparência, reportando os fatos tal como eles se apresentam, aos jornalistas caberia, sobretudo, compreender o fenômeno de maneira crítica e apresentá-lo, efetivamente, em essência. Caberia, portanto, a *interpretação crítica*.

Assim, este outro modelo de jornalismo deve ser ambiente de posturas inquisidoras, e não de objetividades e neutralidades dogmatizadas. Penso, então, que seria mais prodcente assumir o ensino, na graduação em jornalismo, do sentido da objetividade proposta por Saviani⁵⁰ (1995), referente à queda de máscaras e ao real interesse em *desvendar* os mecanismos de dominação; em construir o conhecimento pela via da materialidade histórica, visualizando as condições de sua produção/reprodução, compreendendo suas manifestações e

⁴⁹ Texto em formato eletrônico - online..

⁵⁰ C.f. página 53 deste trabalho.

suas possibilidades de transformação: este, sim, seria o conhecimento *objetivo* da realidade, e o desenvolvimento da capacidade crítica do jornalista.

Desta maneira questionando os pressupostos básicos da práxis jornalística – em termos de teorias e práticas –, trata-se, minimamente, de uma nova perspectiva proposta aos profissionais e pesquisadores da área que, se compreendida como coerente e valorada quanto à constituição de um jornalismo mais voltado às suas funções social e socializante – e, deste modo, também formadora/educativa – levará a uma possível necessária reformulação do ensino do jornalismo⁵¹. Nesta linha, penso que a relevância do conhecimento produzido pela práxis jornalística, aqui debatida, é passível, sim, de ser assumida como possibilidade educativa/educadora, já que possibilita o contato/acesso, disseminação, discussão e interlocução com esferas da cultura, política, economia, ciência, entre outras. Esta relação, talvez difícil de ser visualizada em termos do jornalismo diário, ganha, no entanto, óbvia notoriedade em se tratando da vertente do jornalismo especializado – publicações especializadas, revistas científicas, sites de conteúdo oficiais, livros-reportagem, entre outros, amplamente utilizados como fontes confiáveis de pesquisa e informação. Além disso, *falar com e sobre o homem modifica o homem*.

Meditsch (1997), aponta ainda uma outra polaridade atrelada à concepção do jornalismo enquanto forma de conhecimento e, todavia, intrínseca à mesma dimensão: o jornalismo transmitiria ou degradaria saberes?

A hipótese que vou defender é de que o Jornalismo é uma forma de produção de conhecimento. No entanto, na prática, esta forma de conhecimento tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, e é provável que muitas vezes faça essas duas coisas simultaneamente. (MEDITSCH, 1997:2)

A idéia de Meditsch condiz com a necessária complexidade na percepção do jornalismo enquanto função social operante numa realidade social afetada pelo capitalismo. Nesta relação, a visão de que os meios de comunicação simplesmente reproduziriam aspectos hegemônicos para a manutenção de esferas de poder é uma visão simplista e generalizante, haja vista que quaisquer manifestações humanas que se proponham em relacionar-se com o real – como a ciência, a moral ou a ética, por exemplo – poderiam, de mesmo modo, sofrer

⁵¹ Considerações sobre esta questão estão abordadas na conclusão do presente estudo.

semelhantes distorções, pois a existência de alguma *intencionalidade* é sempre parte integrante dessas construções.

Se a visualização e compreensão dos conflitos sociais pode ser *apagada* pelas ideologias dominantes – e o é, na maior parte das vezes –, isto tanto é possível de se dar por meio do jornalismo, ou dos livros didáticos, ou dos projetos científicos escolhidos para serem financiados, em detrimento de outros, menos *interessantes*...

Esta linha de raciocínio poderia aparentar um imenso senso de *fatalidade* e desesperança para a área jornalística, tal qual a consideração de *Fim da História* proposta por Fukuyama⁵²; porém, o jornalismo carrega em seu âmago o germe da contradição que, segundo Marx e Engels (1845/1846), é a mola propulsora da superação, o que dá a História seu movimento ininterrupto de transformações. E se o jornalismo, muitas vezes, é julgado como uma má influência, deturpadora, resulta que é atribuído à área o *poder de produzir* essas significações... e se ele pode deturpar, questiono: por que não poderia *colaborar*⁵³?

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual (...). As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; (...). Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensam; na medida, portanto, que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu tempo; que, portanto, as suas idéias são as idéias dominantes da época.

(...) Mas quando surge um conflito prático em que toda a classe é ameaçada, essa oposição desaparece e cai a ilusão de que as idéias dominantes não são as idéias da classe dominante e de que têm poder distinto do poder dessa classe. A existência de idéias revolucionárias numa época determinada pressupõe já a existência de uma classe

⁵² O filósofo Francis Fukuyama, no ensaio *O fim da história*, datado de 1989, e depois na obra *O fim da história e o último homem* (Rio de Janeiro: Rocco, 1992), afirmou que o capitalismo e a democracia burguesa representariam o ápice da história da humanidade, não como sistema perfeito, mas como eliminação de quaisquer alternativas melhores para ele, dada sua capacidade de auto-reprodução.

⁵³ Possíveis colaborações da área jornalística são discutidas especialmente no subcapítulo 3.1. do presente texto.

revolucionária (...). (MARX e ENGELS, 1845/1846 – itálicos originais, grifos meus)

Além disso, é necessário atentar para a existência de outras modalidades de jornalismo desvinculadas da chamada grande imprensa, como o jornalismo comunitário⁵⁴. Se as argumentações até o momento expostas já indiciavam a complexa relação entre jornalismo e capitalismo em *múltiplos jornalismo*s, a intenção em trazer a existência materializada de outras vertentes jornalísticas é em marcar ainda mais a complexidade dessa discussão.

Segundo Paiva (2003), uma forma importante de caracterização do jornalismo comunitário

(...) é o acentuado uso didático, diferindo bastante da concepção usual que se tem de notícia, por exemplo. O destaque aos assuntos é dado em função da sua importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas.

(...) O que permite conceituar um veículo como comunitário não é sua capacidade de prestação de serviço, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania. (PAIVA, 2003, 139-140)

É bem verdade que, por sua característica mais restrita, a vertente comunitária não comunga da mesma força midiática do jornalismo tradicional; porém, novos aspectos relevantes são incorporados, como a receptividade marcante da atividade nas esferas em que atua, já que prima pela proximidade com seu público. Mesmo em termos de penetração – muitas vezes atuando em comunidades empobrecidas, que se sentem desvalidas pela grande mídia – o jornalismo comunitário ganha destaque, já que se multiplica e adapta a realidades de intenso analfabetismo, por exemplo, utilizando-se de mídias alternativas.

Pena (2005) reforça o debate, afirmando que

O jornalismo comunitário atende às demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social. (..) Mas de que tipo de mobilização estamos falando? Um jornal de uma grande emissora de TV também pode mobilizar pessoas. Ou seja, é preciso definir objetivos. No site da faculdade de comunicação da Universidade Católica Dom Bosco, por exemplo, o jornalismo comunitário tem por missão desvendar as causas e conseqüências que

⁵⁴ Para alguns autores, o jornalismo comunitário pode ser também chamado de jornalismo de resistência ou jornalismo de cidadania, indiciando sua função sistêmica.

justificam a condição de vida de uma determinada comunidade. O compromisso não é apenas factual mas também social.

(...) Parece que é disso que trata o jornalismo comunitário: disposição. Disposição de levar informação de real importância para comunidades que precisem dela.

Outra característica importante é o completo afastamento do ranço etnocêntrico. *O jornalista de um veículo comunitário deve enxergar com os olhos da comunidade.* Mesmo que já pertença a ela, deve fazer um esforço no sentido de verificar uma real apropriação dos processos de mediação pelo grupo. Isso quer dizer substituir modelos padronizados e estereotipados de apreensão da realidade por estratégias simbólico-discursivas que ressaltem a visão da comunidade sobre si mesma, reforçando suas identidades e valores. (PENA, 2005:185-188 – negritos originais)

A grande questão não parece ser, portanto, tão simples, ou simplificadora. Não se trata apenas de *onde* praticar jornalismo – na grande mídia, ou em pequenas comunidades – mas da *visão de mundo* que se pretende levar adiante.

Como já dito, a intenção em marcar os múltiplos jornalisimos, tanto em termos complexos quanto na materialização em vertentes, é ressaltar que complexidades e contradições, assim como para a vida, são inerentes à própria atividade jornalística. Desse modo, penso que é necessário nos despirmos de reduções e radicalismos na visão da comunicação jornalística, compreendendo-a, dialeticamente, em suas várias modalidades, como algo que *é e é*: é mercadológica, mas também é ética; é redutora, mas também é denunciadora; é reprodução, mas também é luta. Se a complexidade que lhe é inerente, é arbitrariamente descolada da área jornalística, pouco ou nada lhe resta de sua função social. Esgota-se, portanto, sua própria razão de existência.

3. CAMINHANDO NOS SENTIDOS DO EDUCAR

O norte traçado para as linhas deste trabalho foi, desde seu primeiro momento – quando ainda só se percebia como idéia fugaz, cuja única materialização acontecia nas conversas ainda incipientes entre mim e minha orientadora – a existência de uma dimensão educativa, não só apenas atrelada, mas intrínseca à atividade jornalística.

Esse início hipotético revelou-se, em sua materialização enquanto conhecimento objetivo, um caminho tortuoso, árduo, verdadeira jornada. Isto se deve, em parte, à complexidade inerente ao jornalismo, com suas características plurais, dúbias, e cuja representatividade e penetração em termos sociais – ou seja, sua capacidade em afetar as relações sociais – tanto pode representar a reprodução do ideário dominante quanto possibilitar sua crítica; tanto pode produzir determinado conhecimento, quanto disseminá-lo; tanto pode reforçar aspectos de alienação e reificação, *coisificando* o homem e suas relações, como pode(*ria*) colaborar na transmissão e apropriação dos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pelo gênero humano de forma efetivamente democrática – no sentido *lato* do termo, ou seja, sem distinções ou privilégios em termos classistas – já que se materializa em diversas instâncias midiáticas que atingem, em maior ou menor grau, a imensa maioria das camadas sociais.

O que torna essas questões ainda mais intrincadas, além da óbvia diversidade de aspectos inerente a cada esfera apontada – especialmente em suas materializações na concretude social – é o fato de que quaisquer dessas possibilidades representa (alg)um tipo de relação. Se essas manifestações complexas presentes à materialização da atividade jornalística podem ser consideradas (também) relações educativas, cabe perguntar: *que tipo* de educação? Educação *de que maneira*? E mais: quais os *possíveis sentidos* dessa educação, ou melhor, dessas relações educacionais constituídas por meio do jornalismo?

Dada a sua polissemia em termos de conceito, definir educação seria tarefa hercúlea, fadada à redução e à simplificação, pois são possíveis resgates de fundamentos em âmbitos filosófico, sociológico, psicológico e histórico da educação, sem falar das esferas de estudo sobre o fazer-se da prática educativa,

as pedagogias, as relações de ensino-aprendizagem, facetas que encerram múltiplos aspectos de ordem complexa.

De forma coerente às concepções epistemológicas e metodológicas até o momento adotadas neste texto, opto por discutir aspectos de uma perspectiva da educação calcada na ontologia marxiana, notadamente pelas vozes do próprio Marx (1991) e em dupla com Engels (1845/46), de Luria (1991), assim como nas apropriações feitas por teóricos essencialmente marxistas, como Dermeval Saviani (1995, 1996, 2007), Newton Duarte (1992, 1998, 2001, 2004), e István Mészáros (2005), entre outras contribuições.

Em *Pedagogia histórico-crítica* (1995), Saviani assim conceitua o trabalho educativo:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1995:17)

Algumas considerações interessantes decorrem desta visão. Em primeiro lugar, o autor optou por nomear a educação de *trabalho educativo*, intencionalmente já demarcando a raiz marxiana de sua perspectiva, tanto ao reafirmar a centralidade do trabalho na constituição do próprio homem, quanto por observar a relação intrínseca entre trabalho e educação.

Para que essa proposição ora levantada se torne mais clara, é preciso retornar um pouco mais no tempo histórico, precisamente ao momento em que homens e animais passaram a se diferenciar. E o motor desta diferenciação foi, de acordo com Marx e Engels (1845/46), exatamente o *trabalho*.

(...) O primeiro estado real que encontramos é então constituído pela complexidade corporal desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. (...) Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história. Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida (...). Ao produzirem os seus meios de existência, os homens

produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 1845/46)

Partindo dessas considerações, Luria (1991), procurando postular as raízes sócio-históricas do psiquismo humano, complementa:

A mudança mais importante da estrutura geral do comportamento – surgida no processo de transição da história natural do animal à história social do homem – dá-se quando, da atividade geral, separa-se uma "ação" que não é dirigida imediatamente por motivo biológico e só adquire sentido com o emprego posterior dos seus resultados. (LURIA, 1991:76)

A principal diferença entre homens e animais está, pois, no fato de que os animais, por meio do instinto, satisfazem suas necessidades adaptando-se à natureza, enquanto que o homem *adapta a natureza a si*, agindo sobre ela, transformando-a por meio de *atividade consciente*. Ou seja, *o trabalho é a interferência planejada do homem sobre a natureza*. Assim, na ontologia marxiana, como já abordado nesta dissertação⁵⁵, a história do homem é a história do domínio e modificação da natureza por meio do trabalho e da criação de instrumentos de trabalho.

(...) *toda a assim chamada história mundial nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, o vir-a-ser da natureza para o homem tem assim a prova evidente, irrefutável, de seu nascimento de si mesmo, de seu processo de origem. Ao ter-se feito evidente de maneira prática e sensível a essencialidade do homem na natureza; ao ter-se evidenciado, prática e sensivelmente, o homem para o homem como de existência da natureza e a natureza para o homem como o modo de existência do homem, tornou-se praticamente impossível perguntar por um ser estranho, um ser situado acima da natureza e do homem - uma pergunta que encerra o reconhecimento da não-essencialidade da natureza e do homem. (MARX, 1991:175 – itálicos originais).*

Tudo o que o homem é, advém de seus próprios feitos, sua essência coincide com a concretude de sua vida material. A vitória na luta por sua existência é garantida pelo trabalho que empenha para isto, um trabalho evolutivo, que se desenvolve e se complexifica historicamente, na busca pelo domínio de técnicas,

⁵⁵ C.f. capítulo 1 do presente texto.

comparativamente, cada vez mais eficazes, desenvolvendo e complexificando, também, o próprio ser humano.

Torna-se óbvio, deste modo, que se novas técnicas eram (re)criadas e substituíam as anteriores, num movimento qualitativo, é porque o *trabalho consciente está atrelado à criação e aprendizagem dessas técnicas*. Assim, conhecimento e aprendizado são cumulativos e passíveis de serem transmitidos através da história. E é desta associação originária que advém a relação intrínseca entre trabalho e educação.

Luria (1991) reforça essa assertiva, afirmando que:

Diferentemente do animal, cujo comportamento tem apenas duas fontes – 1) os programas hereditários de comportamento, jacentes no genótipo e 2) os resultados da experiência individual –, a atividade consciente do homem possui ainda uma terceira fonte: a grande maioria dos conhecimentos e habilidades do homem se forma por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social e transmissível no processo de aprendizagem. (LURIA, 1991:73)

Se o trabalho é, portanto, a interferência *consciente* do homem sobre a natureza, e a educação, tanto o aprendizado no ato mesmo do trabalho, quanto a transmissão aos demais elementos do grupo dos conteúdos produzidos e aperfeiçoados – ou seja, a *cultura* acumulada –, é possível entrever a indissociabilidade, também, entre trabalho, educação e *intencionalidade*. Como descrito por Saviani na primeira citação deste capítulo, educar é um ato intencional.

E é Saviani (2007) quem clarifica a relação trabalho-educação, a qual nomeia identitária:

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie. (SAVIANI, 2007:154)

Está mais do que claro que o homem é um ser eminentemente social, não apenas por nascer em um meio social, mas principalmente por se *constituir* nele. Ao nascer, o homem dispõe do aparato bio-fisiológico *conveniente* – porém não *determinante* – de sua humanidade: são suas relações com o mundo, constituídas socialmente, que *hominizam* o homem. Por meio da interação, mediada pela linguagem/comunicação, internaliza, converte e se apropria da cultura constituída historicamente, construindo sua individualidade na materialidade das relações sociais. É neste sentido que afirma Luria (1991, p.74): "*As peculiaridades da forma superior de vida, inerentes apenas ao homem, devem ser procuradas na forma histórico-social de atividade*".

Nesta perspectiva, discute Duarte,

Com efeito, se cada indivíduo humano sintetiza relações sociais, isto significa que ele só se constitui como homem por meio das relações que estabelece com os outros homens, isto é, só pode tornar-se homem se incorporar em sua própria subjetividade formas de comportamento e idéias criadas pelas gerações anteriores e retrabalhadas por ele e por aqueles que com ele convivem. (DUARTE, 2004:46)

Aqui se revela o pensamento dialético de Marx, no qual a *individualidade* só pode ser constituída na *coletividade*, na sociabilidade. O indivíduo, na ótica marxiana, não pode ser compreendido descolado de suas relações sociais, como *algo em si*: isto seria idealizá-lo, reificá-lo, identificá-lo como algo fetichizado, na expressão do *fetice da individualidade* proposta por Duarte (2004).

Se educação supõe, então, que o homem *aprenda a ser homem*, e que para isto ele precise aperfeiçoar sua predisposição biológica por meio da aprendizagem social, criando/recriando seus meios de vida na concretude das relações, nesse caso outro *ingrediente* intrínseco pode ser acrescentado à educação: a capacidade *transformadora*.

Para que o educador possa compreender o indivíduo em sua concreticidade, precisa da mediação de abstrações, pois essa concreticidade não se apresenta ao educador enquanto decorrência imediata do fato dele estar em contato com o aluno. Além do mais, conhecer a concreticidade do indivíduo não se limita, para o caso da atividade educativa, ao conhecimento do que ele é, mas também ao conhecimento do que pode vir-a-ser. Esse conhecimento, por seu lado, implica num posicionamento em favor de

algumas das possibilidades desse vir-a-ser e, conseqüentemente, contra outras. (DUARTE, 1992: 20)

Assim, educar é o trabalho que intenciona uma transformação do indivíduo e, concomitantemente, da sociedade, um processo contínuo de formação constituído de múltiplos significados mediado pela linguagem. De acordo com Luria (1991:81, grifos originais), *“a importância da linguagem para a formação da consciência consiste em que ela efetivamente penetra em todos os campos da atividade consciente do homem, eleva a um novo nível o desenrolar dos seus processos psíquicos.”* Ora, sendo a linguagem elemento mediador central no processo de aquisição e transmissão do conhecimento, obviamente uma esfera que tem por matéria-prima a comunicação, como o jornalismo, pode e deve ser considerada enquanto possibilidade educativa.

3.1. A dimensão educativa do jornalismo

Como visto, o desenvolvimento cultural de cada indivíduo passa pela produção/reprodução, nele mesmo, da *humanidade* construída historicamente, por meio da apropriação do conhecimento criado e constantemente aperfeiçoado pelo trabalho humano. Porém, esse processo de construção e disseminação do saber acumulado com acesso indistinto, envolvendo todos os indivíduos de maneira comunal, foi característico apenas de uma forma de *“comunismo primitivo”* (Saviani, 2007), rompido a partir da apropriação privada da terra e da divisão do trabalho, fenômenos geradores da sociedade de classes.

Na Antigüidade, tanto grega como romana, configura-se esse fenômeno que contrapõe, de um lado, uma aristocracia que detém a propriedade privada da terra; e, de outro lado, os escravos. (...)

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas

atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

A primeira modalidade de educação deu origem à escola. (...) Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho. (SAVIANI, 2007:155)

Na sociedade capitalista, o processo de aprofundamento da divisão do trabalho e de estratificação social ganha contornos sem precedentes, com danosas conseqüências para a área educacional e, obviamente, para o homem: divide-se a educação destinada às classes dominantes – centrada efetivamente no ensino dos conteúdos culturais criados/recriados pelo gênero humano –, daquela a que tem acesso as classes dominadas – voltada aos quesitos mínimos capacitantes para operacionalização das esferas do trabalho industrial.

Fenômenos tipicamente capitalistas, como a mecanização e, mais recentemente, a automação, por exemplo – mais máquinas cumprindo melhor e mais rapidamente o trabalho humano atendem idealmente ao objetivo de acúmulo do capital – trouxeram, em seu bojo, certa simplificação do trabalho que, uma vez aprendido, só necessita ser repetido indefinidamente. Assim, o ensino das classes trabalhadoras, historicamente dominadas, resume-se no acesso aos conhecimentos necessários para integrá-los no processo produtivo, um patamar mínimo de qualificação.

De acordo com Saviani (2007), esse panorama remonta à Revolução Industrial.

(...) Se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola. Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação. (...)

(...) a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o

domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade. (SAVIANI, 2007:159)

A apropriação dos conteúdos educacionais, de forma sistematizada, é papel da escola – ou antes, *deveria ser*, já que as determinantes complexas advindas das relações de poder instituídas pelo capital turvam essa relação. Sendo a escola, na medida em que foi gerada da divisão de classes, uma *filha* da sociedade do capital, faz parte de sua dinâmica, podendo ter papel importante na reprodução do capitalismo. Porém, da mesma maneira que as demais estruturas desta sociedade, é marcada pela contradição: sob essa ótica, a mesma escola que se constitui num elemento fundamental de mediação entre indivíduos e o conhecimento humano sistematizado, constituído e acumulado historicamente, tanto pode ser a mesma escola que acaba por constituir-se num aparelho ideológico que contribui na manutenção do modelo capitalista, no agravamento da divisão social e no distanciamento entre as classes.

Essa possibilidade dúbia de atuação da escola é preocupação de Mészáros (2005), ao identificar e criticar os ideais capitalistas que contaminaram muitas das políticas educacionais na história recente. Para o autor, o acesso à educação tem sido confundido – ou maquiado – com massificação da educação. No entanto, esta aparente garantia de acesso é falsa, na medida em que a efetiva democratização dos conteúdos educacionais continua sendo negada pela divisão da educação oferecida às classes dominantes e subalternas.

Segundo Mészáros,

(...) trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos, da legitimidade da *posição que lhes foi atribuída na hierarquia social*, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (...) Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, *assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital*, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. (MÉSZÁROS, 2005: 44 – aspas originais, itálicos meus)

Apesar do panorama de obscurecimento que vitima a escola, o autor acredita em sua possibilidade de contribuição na mudança social. Contudo, somente por uma real força transformadora, que rompa com as estruturas demandadas pelo capital é que pode ser realmente eficaz nesse processo, pois simples ajustes ou reformas têm um caráter limitado, não podendo corrigir um sistema que é, em essência, incorrigível. Por conta disto, a educação deveria rumar “*para além do capital*”.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉSZÁROS, 2005: 35)

Newton Duarte (2001) discute exatamente a materialização de típicas tentativas de reforma da educação que, efetivamente, não resultam em rompimento com as estruturas do capitalismo. Em suma, não agregam valor de transformação. Com o discurso de que a educação deve preparar os indivíduos a se adaptarem às aceleradas mudanças do mundo, prevenindo uma *defasagem* de conhecimentos que estariam cada vez mais transitórios, as por ele chamadas “*pedagogias do aprender a aprender*”, na verdade, e acabam por *reforçar a reprodução* do modelo capitalista.

É interessante notar que, independente de reproduzirem ou não o capitalismo, de reforçá-lo ou não, as várias possibilidades educativas *reformadas*, assim como a opção transformadora, apesar de caminharem em sentidos diferentes, *educam*, de alguma maneira. Todas são relações de educação de *algum tipo*, que produzem indivíduos *educados*. Resta saber, *educados para quê*.

O "aprender a aprender" aparece assim na sua forma mais crua, mostra assim seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos. (...).

O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar aos indivíduos formando as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia

conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Quando educadores e psicólogos apresentam o "aprender a aprender" como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista. (DUARTE, 2001:38)

Como Mézàros, também Duarte crê que o caminho para uma escola realmente comprometida com a humanização dos indivíduos está irremediavelmente atrelado à transformação, e esta se dá no sentido da superação do capital e da efetiva evolução do indivíduo. O capitalismo não evolui para nada, pois as únicas evoluções que permite se dão no caminho de seu eterno recriar-se... o que concorre para ampliar sua dominação, achatando ainda mais as classes dominadas, aumentando as diferenças.

É exatamente neste ponto que se centra a intenção deste texto em trazer as relações pertinentes à esfera da escola: a reflexão comparativa de que mesmo ambientes que deveriam, em tese, impedir ou aplacar as distorções impostas pelo capital, também podem reforçá-las. Se a escola tem contribuído para que as pessoas internalizem, no termo de Mézàros (2005), os estereótipos do capitalismo – para que assim o capital se aproprie delas –, várias outras instâncias concretas da vida material dos indivíduos reproduzem o mesmo panorama. E o jornalismo, obviamente, não escapa a esta assertiva, avultada por sua condição em afetar fortemente as relações sociais.

Utilizar-se dos meios midiáticos para veicular seus conteúdos é o que dá ao jornalismo, concomitante e paradoxalmente, sua força e sua fraqueza. Força, no sentido de fazer-se chegar, mais e melhor, no sentido de alcançar as muitas esferas sociais por diferentes frentes, seja de forma escrita ou falada; fraqueza, quando o próprio meio para esse alcance amplo, a mídia, mercadológica em essência, acaba por afetar o trabalho jornalístico – não esquecendo que a instância mercadológica é dele constitutiva.

Esta é, certamente, uma problemática bastante presente a uma área com tanta projeção – e, conseqüentemente, tão sedutora para o capitalismo. Contudo,

se a simples constatação da complexidade causada pela aproximação do capital ao jornalismo for motivo suficiente para que sua função social seja desacreditada, a mesma relação poderia ser também, comparativamente, aplicada à escola, que sofre, como visto, de mal muito semelhante. Não acredito que seja esse o caminho.

A questão se centra, a meu ver, em outros aspectos. Voltando ao exposto no início desta discussão, o grande problema educacional enfrentado pela sociedade distorcida pelo capitalismo reside, exatamente, na divisão entre educação e trabalho, e nas conseqüências desta separação: o fosso qualitativo entre o conhecimento oferecido a dominantes e dominados. A saída, segundo Duarte (1998), estaria na valorização do ensino com acesso indistinto – já assegurado aos componentes das classes privilegiadas, porém negado às classes subalternas – ao conhecimento mais rico produzido e (re)aperfeiçoado pelo homem, aos patrimônios (que deveriam ser) universais da humanidade.

A importância da escola enquanto local privilegiado para que as classes sociais dominadas se apropriem desse conhecimento não se esvazia simplesmente pelas complexidades que enfrenta. Ela permanece um local de luta, passível de coadjuvar nas transformações necessárias rumo à quebra de estruturas assentes e à superação do capitalismo.

O trabalho educativo posiciona-se, em primeiro lugar, em relação à cultura humana, em relação às objetivações produzidas historicamente. Esse posicionamento, por sua vez, requer também um posicionamento sobre o processo de formação dos indivíduos, sobre o que seja a humanização dos indivíduos. A questão da historicidade faz-se presente nesses dois posicionamentos. Afinal, uma concepção historicizadora da cultura humana não se posiciona sobre aquilo que considera as conquistas mais significativas e duradouras para a humanidade? Igualmente, uma postura historicizadora do indivíduo não estabelece como referência maior aquilo que historicamente já existe como possibilidades de vida humana, para fazer a crítica às condições concretas da vida dos indivíduos e estabelecer diretrizes para o processo educativo desses indivíduos? (DUARTE, 1998)

O máximo desenvolvimento cultural seria, portanto, produto do compartilhamento por todo indivíduo, independente da esfera social a que pertence, do máximo conhecimento produzido, àquele mais desenvolvido/aperfeiçoado pelo gênero humano. Neste ínterim, se a educação é, como já posto,

um ato de intencionalidade, deve ser uma atividade intencionalmente direcionada para a socialização desse patrimônio cultural historicamente acumulado. Para tanto, seria necessário um esforço dos educadores no sentido da “*descoberta das formas mais adequadas de atingir o objetivo de produção do humano no indivíduo*” (DUARTE, 1998).

O trabalho educativo é, portanto, uma atividade intencionalmente dirigida por fins. Daí o trabalho educativo diferenciar-se de formas espontâneas de educação, ocorridas em outras atividades, também dirigidas por fins, mas que não são os de produzir a humanidade no indivíduo. Quando isso ocorre, nessas atividades, trata-se de um resultado indireto e inintencional. (DUARTE, 1998)

Os ingredientes-chave de uma educação realmente *transformadora* das distorções sociais advindas da estratificação do capital estão, portanto, no *ensino intencional e indistinto da máxima cultura*, buscando a *ruptura dos grilhões do capitalismo*, pois não há reforma possível. Esta é, como posto, a visão de Duarte e Mézàros para o resgate do papel da escola. Não creio que seja possível apontar tão claramente a solução para a área jornalística, já que muitos outros fatores intervenientes estão em tensão. Porém, estando claro que o jornalismo, por suas características já discutidas ao longo deste texto, é mediação importante na constituição dos sujeitos e, conseqüentemente, da sociedade que produz/reproduz, torna-se evidente que, mesmo de maneira não-sistematizada, *alguma educação* o jornalismo provoca⁵⁶. Não cabe mais questionar isto. Cabe, sim, **analisar a qualidade dessa educação e o que pode ser feito para torná-la de não-vista ou acidental em intencional.**

Para Beltrão (1980, p. 30-31), “(...) *embora não formalmente, a função jornalística é também educativa, quando fornece os dados objetivos que aclarem a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz e da ordem justa*”. E para Saviani (1996, p. 38), a educação só possui sentido se objetivar tornar “(...) *o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens*”.

Se o jornalismo é constantemente visto como importante instrumento de introjeção dos valores capitalistas, contribuindo em sua perpetuação, obviamente o

⁵⁶ Haja vista, em complemento, as discussões anteriores desta dissertação.

movimento inverso, como já dito⁵⁷, é também possível: a busca dos elementos pertinentes para a superação do capital. Neste caso específico, ***penso que o problema centra-se na não-intencionalidade em educar, ou mesmo em sua não-visualização, que acabam por colaborar na distorção que pode resultar da participação da atividade jornalística como mediadora da construção/reconstrução das relações sociais.***

O que toca comparativamente ambas as áreas – jornalística e escolar – de modo semelhante e, ao mesmo tempo, extremamente diferente, é a capacidade em mediar a relação transmissiva do conhecimento, cada qual à sua maneira. E tal relação, já tão importante na educação escolar formal – que, mesmo assim, tem enfrentado inúmeros problemas advindos das conseqüências nefastas do capitalismo – pode ganhar aliado importante no jornalismo, vista sua capacidade em penetrar várias instâncias sociais já que se utiliza, para isto, do veículo da mídia. ***Pois é certo que alguma(s) relação(ões) o jornalismo já estabelece:*** trata-se, portanto, de cuidar da *qualidade* desta relação, talvez até mesmo no sentido da *transformação* que permeia as muitas vozes dos autores aqui recuperados, a minha própria inclusa.

Estas questões não se pretendem idealistas e, menos ainda, dogmáticas. Ao contrário, tratam-se antes de uma proposta de novas visões, o início de novas discussões: penso ser este o objetivo primordial, sem recair na ingenuidade de considerar o jornalismo desprovido de contradições, com olhos firmemente desvelados em sua relação mercadológica constitutiva.

Assim, não há pretensão de unicidade ou uniformidade nos apontamentos aqui feitos: antes, é necessário reconhecer o caráter múltiplo das relações constituídas pelo jornalismo na sociedade. De mesmo modo, não discutir a possibilidade de o jornalismo propiciar uma atividade educativa é permanecer atrelando-o a uma única visão. Creio que esta, sim, seria uma concepção dogmática e estagnante para a atividade jornalística.

⁵⁷ Esta relação já foi abordada, em forma de questionamento, na página 68 deste texto.

PONTOS PARA REFLEXÃO

Não deixa de ser, de certa forma, um tanto penoso compreender que o conhecimento não se traduz apenas por aquilo que tem uma aplicabilidade imediata: isto seria um reducionismo. Mais penoso, ainda, nos livrarmos de tantas outras tendências à simplificação da complexidade do real, pois, apesar de depender de processos cognitivos individuais, *conhecer* não é algo que se passa apenas no sujeito, mas *em relação* com o objeto de conhecimento (um outro sujeito), num processo dinâmico contextualizado pelas relações sociais, pela cultura, pelo momento histórico em que se insere. Assim, o conhecimento é social, cultural e histórico, ou seja, possui uma gênese histórica que responde a interesses e valores que se alteram com o tempo. Desse modo, *o que é conhecer, o que conhecer, de que forma conhecer*, se modificam historicamente.

Ainda há um longo caminho a percorrer no fazer processual da transformação das relações concretas travadas neste texto, e também diariamente. A história do mundo é a história dos homens, de forma tão indissolúvel que a melhoria em quaisquer das esferas, de homens ou do mundo, só pode acontecer mutuamente.

Olhar para autores como interlocutores, e para seus enunciados como formas de significar realidades específicas, não trata de uma busca por respostas exatas. Tratam-se, antes, de tentativas de compreensão de modos de olhar o mundo, o jornalismo, a educação e suas relações, permeados por outras instâncias e vozes. Não há exatidão possível, pois penso que a dúvida é também constitutiva de todas as relações, deixando o caminho aberto para novas (re)construções.

Nesse movimento, é necessário visualizar a interação dialógica como ensejo produtor de significações e, desse modo, construtor de subjetividade. Isto significa considerar o ser humano – jornalista, público, sociedade – um todo inacabado, que vai se constituindo a si mesmo em suas relações sociais enquanto constrói suas múltiplas realidades, nas quais participam suas contradições, suas ambigüidades, suas lutas, que se tornam também as contradições e lutas de outrem.

Há ainda, certamente, colocações importantes a desvendar, pistas da complexidade que envolve a relação jornalismo-educação aqui exaustivamente

debatida, pois as possibilidades por mim captadas nada mais são que modos de significar, tencionando convidar novos olhares, desvelar novos caminhos, e não fechá-los, encerrá-los numa única conclusão. Se foi possível aos leitores deste texto tornaram-se interlocutores, no sentido de sentirem-se instigados a compartilhar olhares que auxiliem a entender, a possibilitar o debate, a pensar de um modo novo, já se vêem, em grande medida, contempladas as pretensões aqui ensejadas.

(...) não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006[1929]:137).

Neste momento, penso que o caminho deste questionamento é o de apontar a necessidade do jornalismo visualizar e assumir sua dimensão educativa intrínseca, mesmo que ainda não estejam desvendadas todas as variáveis que mediam esse processo. Ainda há muito a se discutir sobre forma e conteúdos dessa educação, porém já não cabe mais questionar sua existência e, conseqüentemente, as responsabilidades inerentes dessa relação.

Esta constatação não trata, porém, do simples estabelecimento de uma crítica à realidade aqui identificada: cabe transformá-la. Neste sentido, Duarte (2001:40) aponta que é preciso *“estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões”*. Se a concepção de educação aqui debatida para o âmbito do jornalismo enfrenta o desafio de ainda se constituir, de ainda se aclarar, acredito que a necessidade em repensar o âmbito da constituição do jornalista enquanto profissional torna-se bem mais patente.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de um “gênio filosófico”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI *apud* MARTINS, 2004: 271-272)

Recuperando Meditsch (1992):

Se o Jornalismo é produção de conhecimento diferente daquele produzido pela Ciência, tem importância social muito maior do que se tem atribuído a ele. No conhecimento do mundo produzido pelo Jornalismo, talvez possamos encontrar pistas que nos ajudem a entender a crescente irracionalidade da civilização racional e científica. E, dando atenção a esta irracionalidade, quem sabe poderemos nos reaproximar dos sentimentos do público e, com isso, reencontrar o seu interesse.

Se o Jornalismo é uma forma de conhecimento temos que revisar radicalmente a pedagogia das nossas escolas, que até agora só o viam como forma de comunicação. Não basta formar comunicadores, é necessário formar produtores de conhecimento. (MEDITSCH, 1992:20)

Continuar a não visualizar a dimensão educativa que lhe é intrínseca é uma situação cômoda para o jornalismo, cujas conseqüências resultam na possibilidade de sua apropriação facilitada enquanto instrumento reprodutor do capital. Considerando o aparato ideológico que permeia essa relação, arrisco-me a afirmar que a dimensão educativa intrínseca à atividade jornalística, mais que visualizada e reconhecida pela área, deve(ria) ser assumida enquanto compromisso, já que a perpetuação de sua ignorância se indicia extremamente prejudicial quando refletida/refratada em termos sociais. Jornalismo educa porque informa, porque torna acessível, porque traz o que está longe para perto, para ser olhado, porque possibilita o contato, porque media e estabelece mediações. E estas relações devem se mostrar mais assentes à área jornalística.

Creio, portanto, que o objetivo primeiro, tanto do conhecimento produzido pelo jornalismo quanto do resultado de sua práxis, deve(ria) centrar-se no interesse em estimular a criticidade tanto do próprio profissional jornalista – nos termos da objetividade discutida por Saviani⁵⁸ – quanto da sociedade. Se o jornalismo é ambiente natural da postura inquisitiva, da busca pelas dimensões do real, da mediação social do conhecimento por meio da comunicação, penso que deve, então, assumir de forma mais contundente seu papel e importância sociais nestes termos.

Como dito logo no início desta jornada, que a presente discussão adveio de minhas relações concretas de existência, enquanto docente, profissional e sujeito.

⁵⁸ C.f. página 53 desta dissertação.

O debate proposto neste texto sobre o referencial teórico do jornalismo, somado à minha experiência em sala de aula, denotam que há muito ainda por discutir. Penso que pouco desta indissociabilidade, aqui defendida, entre jornalismo e educação, é ressaltada na formação do jornalista, no que diz respeito ao momento específico de sua graduação (formação inicial).

Minha crença de que os eixos formados pela atual estrutura curricular dos cursos de jornalismo – quase sempre centrada no tecnicismo reducionista ao mero cálculo das ocupações determinadas do sujeito no mercado de trabalho – já problemática em si, parece estar sendo ainda avultada, atualmente, pela crescente mercantilização das instituições de ensino superior como empresas concebidas para maximizar o lucro e minimizar os custos – o que alça a educação ao status de mercadoria. Há, pois, uma realidade sintomática de fragilidade na formação cultural de grande parcela dos alunos de graduação, cujo processo não pode ser simplesmente considerado como dicotômico, mas como parte inter-relacionada de uma macroestrutura – escolar, profissional, social – com resultados que se indiciam prejudiciais, mas que sem dúvida merecem investigação.

Deste modo, esta pesquisa caminha por uma perspectiva mais ampla, cujas discussões – na visão do conhecimento enquanto processual e histórico – pretendo ver desenvolvidas num segundo momento de pós-graduação (com vistas ao curso de doutoramento): o questionamento da necessidade de mudanças radicais (no sentido de raiz) nos projetos político-pedagógicos dos cursos de jornalismo, de composição notadamente tecnicista, propondo uma nova possibilidade de formação para o jornalista que visualize as questões aqui apontadas.

Acredito que mais que comunicadores, os jornalistas têm que se descobrir *educadores*, dentro dos aspectos aqui apontados, o que demanda uma *renovação da responsabilidade social* deste profissional. E isto, obviamente, passa também pela formação universitária dos novos jornalistas. Se entre o real e o ideal existem distâncias, possivelmente o caminho das modificações aqui apontadas para a área jornalística encontrará maiores probabilidades se materializado nas relações concretas do meio universitário, que por meio de sua construção/reconstrução, poderão, gradativamente, modificar panoramas mais amplos.

Ser capaz de educar não significa educar: se a educação é um ato intencional, não educar também o é.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. C. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Brasília: UNB, 1980.
- AMORIM, M. *Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, julho de 2002, n. 116.
- BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. v.1 e 2.
- BAKHTIN, M. (Voloshinov, V. N.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BARBERO, J. M. *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social*. In Souza, Mauro Hilton (org). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense/ECA-USP, 1995. p. 39-68.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BRITTES, J. *Enfoques teóricos dominantes nas Ciências da Comunicação e os distintos olhares sobre o receptor*. Anais do 25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. São Paulo: Intercom, 2002. [cd-rom]
- CHAPARRO, M. C. Uma nova proposta para a questão dos gêneros. IN: *Sotaques d'Aquém e d'Além Mar - Percursos e Gêneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém (Portugal): Jortejo Edições, 1998.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *Cultura e democracia - o discurso competente e outras falas*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- COELHO, C. N. P. O conceito de Indústria Cultural e a comunicação na sociedade contemporânea. In: Anais do 25º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. São Paulo: Intercom, 2002. [cd-rom]
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. P. 308.
- DINES, A. *O papel do jornal*. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.
- DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- _____. *As pedagogias do "aprender-a-aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. IN: Revista Brasileira de Educação, n. 18, set-dez 2001, p. 35-40.

- _____. *Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar*. Cadernos Cedes, Campinas, n. 44, 1998, p. 85-106.
- _____. *A formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano*. Tese (doutorado). Campinas-SP: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 1992. Em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000050761>. Capturado em 12/02/2008.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. IN: *A dialética da natureza*. (1876). Versão para eBook disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/macaco.html> . Capturado em 20/02/2007.
- FOLHA de S. Paulo. *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*. São Paulo: PubliFolha, 2001.
- FRANÇA, V. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? IN: FRANÇA, V.; MOTTA, L. G.; PAIVA, R.; WEBER, M. H. (orgs.) *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HOHLFELDT, A. *Objetividade: categoria jornalística mitificada*. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Campo Grande, 2001.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1991.
- LOPES, M. I. V. (org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- LURIA, A.R. A Atividade Consciente do Homem e suas Raízes Histórico-Sociais. IN: LURIA, A.R. *Curso de Psicologia Geral*. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MANTA, A. *Guia do Jornalismo na Internet*. Salvador, FACOM/UFBA, 1996. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/manta/Guia/>. Capturado em 25/08/2004.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARQUES DE MELO, J. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *A pesquisa experimental nas escolas de comunicação: reduzindo a distância entre academia e mercado*. In: Revista da Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. Intercom, set/2003, p.17-20.

- MARTINS, E. (org.). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MARTINS, M. F. *O valor pedagógico e ético-político do conhecimento para a "filosofia da transformação" de Gramsci e sua relação com o marxismo originário*. Tese (doutorado). Campinas-SP: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 2004. Em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000340599>. Capturado em 12/02/2008.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1º Capítulo. (1845/1846). Versão para eBook disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ideologiaalema.html>. Capturado em 20/02/2007.
- MARX, K. O trabalho alienado (do Primeiro Manuscrito). IN: *Manuscritos econômicos e filosóficos (1844)*. Versão para eBook disponível em <http://puhrs.campus2.br/~csouza/ebooks/filosofia/marx/marxtrabalien.pdf>. Capturado em 20/02/2007.
- _____. *Para a crítica da economia política - Prefácio*. Trad. de J.C. Bruni, J.A. Giannotti, E. Malagodi e W. Rehfeld. 5ª edição. São Paulo, Abril Cultural: 1991 (Col.: Os pensadores; v. 12).
- MATTELART, A. & MATTELART, M. *História das Teorias de Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1995.
- MATTOS, M. A. *Paradigmas, teorias, modelos constitutivos da formação teórica em Comunicação Social*. Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]
- MEDITSCH, E. *Fundamentos e pertinência da abordagem do jornalismo como forma de conhecimento*. In: IV Congresso Iberoamericano dos Pesquisadores em Comunicação. Santos, setembro de 1997.
- _____. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.
- _____. *Jornalismo como forma de conhecimento*. IN: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, v. 21, n. 1, jan/jun 1998, p. 25-38.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos - jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- MORIN, Edgard. *A Indústria Cultural (L'Esprit du Temps)*. São Paulo, Nacional, 1977.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.
- PARK, R. [1940]. A Notícia como Conhecimento: Um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Trad. Bras. IN: STEINBERG, C. (org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

- _____. *Sistematizações das teorias do jornalismo em abordagens européias, brasileiras e americanas*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.29, n.2, jul./dez. 2006, p. 39-53.
- POLISTCHUK, I. & TRINTA, A. R. *Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática da Comunicação Social*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ROSSI, C. *O que é jornalismo?* 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Revista Brasileira de Educação, vol. 12, n. 34, Jan./Apr. 2007, p. 152-180.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 5ª ed. São Paulo, Autores Associados, 1995.
- SILVA, G. *Teorias do Jornalismo: uma prática para o entendimento do mundo*. IN: 1º Encontro de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. Em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da091220034.htm>. Última visita em 14/02/2008.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, J. K. L. L. *Segunda Geração da Teoria do Meio: a contribuição de Meyrowitz*. In: Anais do 27º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre, 2004. São Paulo: Intercom, 2004. [cd-rom]
- SOUSA, J. P. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.
- _____. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª. ed. revista e ampliada. Portugal: Porto, 2006.
- SPONHOLZ, L. *Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo*. IN: Revista Ciências & Cognição, 2007; vol. 10, p. 02-14.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2004.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª ed. São Paulo: Atlas; 1987.
- VILALBA, R. *Teoria da Comunicação*. São Paulo: Ática, 2007.
- VIZEU, A. *O jornalismo e as "teorias intermediárias": Cultura profissional, rotinas de trabalho, estrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso*. Anais do 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença, 1995.